

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

WEVERTON ROCHA DA SILVA

**IMIGRAÇÃO BAIANA NO ESPÍRITO SANTO:
CONTINUIDADES DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO**

**VITÓRIA
2021**

WEVERTON ROCHA DA SILVA

**IMIGRAÇÃO BAIANA NO ESPÍRITO SANTO:
CONTINUIDADES DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Geografia da Universidade Federal do
Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota

**VITÓRIA
2021**

“IMIGRAÇÃO BAIANA NO ESPÍRITO SANTO: CONTINUIDADES DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO”

WEVERTON ROCHA DA SILVA

Monografia submetida ao departamento de geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para o grau de bacharel em geografia.

Aprovado em 12 de Maio de 2021.

Comissão Examinadora:

Profº. Drº. Ednelson Mariano Dotta – Orientador – UFES

Profº. Ms. Maurício Sogame – DGEO/UFES

Profa. Me. Ítala Luzia de Andrade – LAGEDEP/UFES e Rede de Ensino/ES

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ser uma força maior que me dá segurança e esperança para continuar.

Aos meus pais que dedicaram suas vidas e ainda se dedicam a minha vida, formando uma família que é meu porto seguro.

A minha esposa Aimée, que sempre me apoia, sorri e chora comigo, sendo minha maior motivação e alicerce.

Aos professores da graduação em Geografia que contribuíram para minha formação acadêmica.

Aos colegas do curso, minha turma 2013/2, que de forma direta e indireta contribuíram para minha formação acadêmica e na minha formação profissional como professor.

Ao meu orientador, professor doutor Ednelson Mariano Dota, sendo que não tive o prazer de ter aulas ministradas por ele, mas aceitou me orientar no TCC I e TCC II com boa vontade e muita paciência.

RESUMO

O presente trabalho discute os movimentos migratórios da Bahia para o Espírito Santo e sua distribuição espacial a partir dos Censos demográficos de 2000 e 2010. Para esse fim, analisou-se como se desenvolveu a migração em escala nacional e depois em escala estadual. A Bahia foi destacada como área de expulsão de habitantes, sendo a Região Sul baiano o recorte espacial. Investiga, a partir disso, os fluxos econômicos que puderam colocar em evidência a necessidade ou simplesmente estimular a saída de habitantes do Sul baiano. Retrata o Espírito Santo como área receptora, por consequência foi verificado o desenvolvimento econômico das últimas décadas. Compreende sua força de atração e Explora a ideia de migração por vizinhança.

Para desenvolver esta pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a migração, fluxos migratórios no Brasil, na Bahia, no Espírito Santo e a situação econômica da produção de cacau e eucalipto no Sul da Bahia. O recorte espacial escolhido foi a região Sul baiano, que contempla a região Extremo Sul. Para isso, analisou-se os dados do Censo de 2000 e 2010 para compreender o volume dos fluxos migratórios de baianos e sua distribuição do Espírito Santo. Sendo examinado dados (IBGE, SEI, e dos autores citados nesse trabalho) das décadas de 1970, 80 e 90 para compreender a origem dos eventos e outros depois de 2010 para entender sua continuidade.

Conclui que o fluxo de migrantes baianos cresceu durante as últimas décadas, distribuindo-se nos municípios limítrofes entre a Bahia e o Espírito Santo, espalhando-se entre os municípios que ligam o estado dos imigrantes até a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e concentrando-se nos municípios dessa região, com destaque para a Serra com o maior volume de baianos. Percebe-se uma permanência desse fluxo no Censo de 2010, porém a partir dele, presumi uma concentração no município, que estaria entre a área de origem e destino, Linhares, concentrando um volume considerável de baianos.

Palavras-Chave: Imigração. Eucalipticultura. Vassoura-de-Bruxa. Espírito Santo. Baianos no ES.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Cronologia dos ciclos de cacau na região Sul da Bahia. 1746-1989.	44
Figura 2- Composição fotográfica sobre a doença da vassoura-de-bruxa: broto e fruto contaminado.....	48
Figura 3- Principais atividades econômicas e novos investimentos por Regiões Econômicas da Bahia – 1999.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Volumes de migração de retorno. Bahia 1970-1980, 1981-1991 e 1990-2000.....	39
Gráfico 2- Evolução da produção de cacau e área produzida. Brasil, 1975-2015.	49
Gráfico 3- Evolução da proporção de população urbana do Brasil e do Espírito Santo. 1940-2010.....	60

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Municípios que perderam população. Bahia, 1991-2010.....	40
Mapa 2- Mesorregiões do estado da Bahia.....	42
Mapa 3- Municípios da Região Econômica Extremo Sul.....	43
Mapa 4- Municípios produtores de cacau. Bahia, 1940 e 1957.....	45
Mapa 5- Municípios da Bahia produtores de amêndoas de cacau em 2019....	52
Mapa 6- Municípios da Bahia produtores de eucalipto em 2019.....	57
Mapa 7- Distribuição dos imigrantes baianos (1995-2000 e 2005-2010) nos municípios do Espírito Santo.....	69
Mapa 8- Proporção de imigrantes interestaduais segundo a UF de destino, 2005-2010.....	73
Mapa 9- Região de origem dos indivíduos ocupados em 2010 no setor do petróleo que migraram entre 2000 e 2010 para o Espírito Santo.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Volumes de imigração e emigração. Bahia, 1970-1980, 1981-1991, 1990-2000 e 2005-2010.....	38
Tabela 2- Área plantada com cultivo de cacau. Brasil, Bahia e Sul da Bahia, 1990-2015.....	50
Tabela 3- Área destinada à todos os tipos de lavouras por município do Extremo Sul da Bahia, 1985-2010.....	55
Tabela 4- Empregos permanentes no campo na Região Extremo Sul.....	55
Tabela 5- Área em hectares de florestas plantadas de eucalipto. Bahia, 1980-2006.....	56
Tabela 6- População do Espírito Santo e dos quatro maiores municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, 1970-2010.....	62
Tabela 7- Pessoas não naturais do Espírito Santo segundo os principais estados de nascimento 1970 a 2010.....	63
Tabela 8- Pessoas não naturais do Espírito Santo com origem de residência nos municípios selecionados da região Sul baiano, Censos de 2000 e 2010..	65
Tabela 9- Imigrantes baianos de data fixa (1995-2000 e 2005-2010) nos estados da Região Sudeste.....	67
Tabela 10- Pessoas não naturais do Espírito Santo com origem da Bahia nos municípios capixabas selecionados, Censos de 2000 e 2010.....	70
Tabela 11- Pessoas não naturais do Espírito Santo com origem da Bahia nos municípios da RMGV, Censos de 2000 e 2010.....	72

LISTA DE SIGLAS

CEPLAC – Comissão Executiva de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira.

CIA – Centro Industrial de Aratu.

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari.

CST – Companhia Siderúrgica Tubarão.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICB – Instituto de Cacau da Bahia.

IJSN – Instituto Jones Santos Neves.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PROCACAU – Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cacaueicultura.

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

UF – Unidade Federativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA	14
1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	16
1.1. O FENÔMENO MIGRATÓRIO.....	16
1.2. A MIGRAÇÃO NO BRASIL	21
1.3. A MIGRAÇÃO INTERESTADUAL NO ESPÍRITO SANTO	28
2. EMIGRAÇÃO BAIANA E OS IMPACTOS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA POPULAÇÃO.....	34
2.1. A BAHIA COMO ÁREA DE EMIGRAÇÃO	34
2.2. O CONTEXTO ECONÔMICO DA REGIÃO SUL DA BAHIA	40
2.2.1. Produção Cacaueira no Sul da Bahia	43
2.2.2. Eucalipcultura no Extremo Sul da Bahia	52
3. OS BAIANOS NO ESPÍRITO SANTO	60
3.1. IMIGRAÇÃO BAIANA PARA O ESPÍRITO SANTO NOS CENSOS DE 2000, 2010 E ALGUMAS ESTIMATIVAS DE 2020.....	60
3.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA MIGRAÇÃO BAIANA NO ESPÍRITO SANTO.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79

INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios são práticas realizadas desde os primórdios da humanidade, que aconteciam a princípio por busca de alimentos e abrigos, mas depois estendiam-se a diversos motivos. Como essa prática ainda é existente nos dias atuais, torna-se de grande importância refletir sobre tais movimentos para que haja uma compreensão sobre a sociedade em que vivemos.

Por isso, no decorrer deste trabalho, analisaremos a distribuição dos imigrantes baianos no Espírito Santo. Para isso, examinaremos os acontecimentos econômicos no estado de expulsão (Bahia) e o desenvolvimento histórico econômico do estado de atração (Espírito Santo), enfatizando a imigração, afinal, entende- se que o Espírito Santo tornou-se atrativo para as migrações a partir do seu desenvolvimento urbano. Castiglioni (2009) destaca que a urbanização capixaba começou no decorrer da década de 1970, considerando a capital Vitória com maior dinamismo em seu desenvolvimento urbano e em conjunto com esse avanço começaram as industrializações.

Para compreender os motivos que podem estimular os migrantes baianos de origem das regiões Sul baiano e do Extremo Sul a movimentarem para o Espírito Santo serão investigadas duas atividades econômicas: a produção de cacau na Região Sul baiano e a produção de eucalipto na Região Extremo Sul. Foram delimitadas essas áreas para facilitar as análises, tendo em vista o processo histórico de produção em cada uma das áreas.

A produção de cacau é uma atividade primordial para a economia dos agricultores da Região Sul baiano, sendo tradicional seu plantio. Marinho (2008) ressalta que ela surgiu em meados do século XVIII como alternativa para a produção de cana-de-açúcar. Mesmo que tenha ganhado maiores representações, só a partir de 1890, é considerada uma atividade de grande importância econômica para essa região.

Na Bahia, ela sofreu diversas crises durante seu desenvolvimento, entretanto, a atual e talvez pior foi a causada pelo fungo conhecido como Vassoura-de-Bruxa, que segundo Neves (2018), gerou impactos na produção do cacau que

são sentidos até hoje, atrapalhando a produção principalmente dos pequenos produtores do Sul baiano.

A eucaliptura foi outra atividade que ganhou espaço na Região Extremo Sul. Contudo, diferente do cacau, ela precisa de um espaço único para produção, pois não compartilha a área produtiva com outras culturas, ou seja, é uma atividade monocultora, a qual impacta a economia e as relações de uso do solo. Segundo Leonel (2016) o início do plantio de eucalipto no Brasil tinha como objetivo atender as demandas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Assim, no final da década de 1950, houve incentivos fiscais por parte do Governo Federal para as atividades florestais, estimulando o surgimento de indústrias na produção de celulose e papel.

Por isso, nesta pesquisa voltada para a imigração baiana investigamos: **Quais motivos levaram os baianos a imigrarem para o Espírito Santo?** A partir do problema de pesquisa que destacamos, temos como objetivo geral: analisar a dinâmica migratória dos baianos para os municípios do Espírito Santo com base nos Censos demográficos de 2000 e 2010 e de outros dados (empregados permanentes no campo na região Extremo Sul, áreas plantadas de eucalipto e de cacau, municípios baianos que perderam população, etc.) das décadas de 1970, 1980 e 1990. E como objetivos específicos:

- Investigar a relevância econômica da região sul da Bahia, e verificar a relação com fluxos de emigração de população para o Espírito Santo;
- Analisar a distribuição espacial dos migrantes baianos nos municípios do Espírito Santo;
- Observar o fluxo migratório da Bahia para a RMGV a partir do Censo de 2010, comparando os dados de décadas anteriores.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: a revisão bibliográfica, pois por meio dela, somos capazes de interagir com outros textos que abordam teses semelhantes a esse projeto e que podem nos ajudar a compreender de forma mais clara e ampla o nosso seguimento. Por isso, utilizamos esse tipo de pesquisa acerca dos conceitos migratórios; a migração no Brasil; a migração interestadual no Espírito Santo; a Bahia como área de emigração; o contexto econômico do Sul da Bahia; a produção cacaueira no Sul da Bahia; e por fim, a eucalipticultura no Extremo Sul da Bahia.

As discussões e resultados foram desenvolvidas sob as temáticas: a distribuição espacial da migração baiana no Espírito Santo; e, a imigração baiana para o Espírito Santo nos Censos de 2000 e 2010. Também foi feita uma pesquisa de dados sobre as atividades econômicas do cacau e eucalipto, dados sobre a emigração baiana e a distribuição dos imigrantes nos municípios do Espírito Santo com base nesses Censos Demográficos.

Outro procedimento foi a análise de dados dos Censos demográficos de 2000 e 2010, analisando também os dados de data fixa. Esses dados foram importantes para analisar a continuidade ou não dos fluxos migratórios, bem como os principais municípios de emigração na Bahia e a sua distribuição nos municípios do Espírito Santo.

A análise dos municípios capixabas foram muito importantes, pois com base nos dois Censos conseguimos visualizar os que registraram aumento e diminuição da quantidade de imigrantes baianos, e até mesmo os municípios sem registro desses imigrantes. Para isso foi estabelecido uma classificação para facilitar a análise entre os Censos demográficos de 2000 e 2010: municípios da RMGV, municípios que registraram aumento expressivo (números próximos aos dos municípios da RMGV), município com até 10 imigrantes baianos e municípios sem registro de imigrantes baianos.

Esse trabalho de conclusão de curso (TCC) foi dividido em três capítulos, a fim de estruturar uma linha de raciocínio lógico para atender os objetivos

anteriormente citados. O primeiro capítulo refere-se aos fundamentos teóricos, destacando os conceitos básicos de migração, movimentos migratórios no Brasil, Espírito Santo e Bahia, isso para dar sustentação às próximas discussões.

O segundo capítulo enfatiza os movimentos migratórios com origem na Bahia e destino a outras unidades federativas, analisa também o desenvolvimento econômico nas áreas selecionadas para esse trabalho. O terceiro e último capítulo trata do Espírito Santo, analisando a quantidade de imigrantes baianos no estado, sua distribuição nos municípios (destacando a RMGV), verificar os acontecimentos econômicos no local de origem e a tentativa de caracterizar o perfil desses imigrantes.

O estado da Bahia é composto por 417 municípios, com uma área total de 567.295 km², isso permite a criação de diferentes regiões. Utilizaremos uma das 7 Mesorregiões elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), portanto adotaremos a Mesorregião Sul da Bahia para pesquisar sobre a produção de cacau.

Também será considerar nesse trabalho a divisão das “Regiões Econômicas do Estado da Bahia”, essa divisão foi criada com base na Lei nº 6.349, de 17 de dezembro de 1991, sendo feito a divisão do Estado em 15 Regiões Econômicas (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI). Nesse caso será adotado a Região Extremo Sul para pesquisar sobre a produção de eucalipto, essas escolhas foram feitas pelo dinamismo produtivo de cada área selecionada.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1. O FENÔMENO MIGRATÓRIO

A migração é um fenômeno que acontece desde as primeiras civilizações, mesmo que em graus diferentes, a migração existe atualmente. Podendo contribuir para o local de destino com a mão de obra local e/ou com a expansão territorial (quando existe a necessidade de expansão), como também pode-se encontrar dificuldades ao se instalar em locais superlotados, sofrendo com os problemas socioeconômicos do local de destino (SILVA, 2012).

Para Barcellos (1995) a migração é um fenômeno de grande importância para a sociedade urbana, na qual tem relevância nos estudos culturais, onde a sociologia possa estudar as relações sociais. Destaca também a necessidade de entender o fenômeno migratório para compreender o processo de urbanização e naturalmente compreender a distribuição espacial dos migrantes.

Para tentar entender os motivos que geram uma migração, Golher (2004) aposta na “migração espontânea”, que consiste em uma opção do migrante, depois de fazer uma análise de custos e benefícios do local de destino, que normalmente é mais interessante do que o de partida, esse migrante pode escolher fazer a migração como a não realização desse movimento.

Uma característica da migração defendida por Brito (2009) é que a manutenção de um grupo de relações primárias no local de origem como, família, parentes, vizinhança e amigos, é essencial para gerar confiança dos novos migrantes, pois fortalece o laço com seu local e dificulta a permanência no destino da migração.

As ondas migratórias sofreram e poderão sofrer alterações e direcionamentos, dependendo de diversos fatores de expulsão, atração, momento histórico, etc. Um movimento marcante na história da humanidade é o êxodo rural, que foi um movimento migratório observado com maior intensidade a partir da década de 1960, que na zona urbana, atendeu a demanda de mão de obra nas indústrias. Todaro (*apud* BRITO, 2009) destaca que o subemprego e o desemprego são realidades de todos os países, uns em maior grau e outros em menor, na qual o

migrante da zona rural, é considerado sem qualificação e parte da sociedade que não terá emprego ou não saberá se será bem remunerado.

Dessa maneira, o excedente de mão de obra não desaparecerá apenas com a transferência do excedente, causando ainda mais problemas sociais na zona urbana, que não irá conseguir absorver o grande número de migrantes.

Neto (2019) reafirma que o subemprego e o desemprego, descrito por Tadaro, se torna um elemento que impede o acesso dos imigrantes aos empregos em setores modernos na zona urbana, ou seja, o acesso à ocupação pode não estar sob o controle dos migrantes rurais. Neto (2019) também ressalta que a visão neoclássica defende que o migrante irá procurar áreas com maior disponibilidade de cargos e com a melhor remuneração, entretanto, sabe-se que essas oportunidades tendem a ficar escassas com o aumento dos fluxos migratórios direcionados para áreas atrativas.

Para Brito (2009), os movimentos migratórios dos países em desenvolvimento, são ações necessárias e positivas para o capitalismo. Sendo que, ou os emigrantes da zona rural se movimentam pela baixa produção, por não ter disponibilidade de emprego, ou pela chegada dos aparatos tecnológicos que interferem no modelo tradicional de mão de obra, onde necessita de uma mão de obra qualificada para operar os maquinários. O que o autor chama de “desemprego-tecnológico” aumenta consideravelmente o êxodo rural, fortalecendo a lógica da industrialização, isto é, a cidade é o local que se busca novas oportunidades de trabalho. Mas, nem sempre os migrantes são qualificados para exercer as atividades urbanas, podendo formar um exército industrial de reserva.

Pensando no trabalhador rural, quando sai do seu local e busca novas oportunidades de emprego, ele pode encontrar em outras zonas rurais ou nas zonas urbanas. Brito (2009) levanta essa discussão, destacando possíveis situações enfrentadas pelos migrantes, em que o trabalhador rural sem qualificação terá dificuldade inicial para se adequar as exigências das cidades (podendo não conseguir se adequar) e depois encontrando caminhos para conseguir um emprego e se tornar um trabalhador permanente da zona urbana. Já na zona rural esse trabalhador conseguirá exercer suas atividades

normalmente, tendo em vista sua experiência advinda do campo, necessitando de oportunidade para ingressar no emprego, esse é um dos motivos que levam as pessoas a buscarem um local onde conhecem outros migrantes da mesma origem.

Para contribuir com as ideias desse movimento, Sorre (1995) retrata a migração do campo para a cidade como um acontecimento natural, mesmo que a dinâmica migratória nesse local seja pequena, ela acontece. A justificativa é que o crescimento populacional seja maior que os recursos disponíveis. Nessa situação, a área estimula a emigração para outros locais com maior disponibilidade de recursos, não necessariamente para a zona urbana. O autor complementa a relação do campo com a migração como elemento de expulsão, quando os recursos são insuficientes, e de atração, quando precisam de trabalhadores sazonais.

Na tentativa de entender os motivos que geram o êxodo rural, Silva, Santos e Viana (2016) à luz de Durham (1984), explicam que a saída do campo para a cidade não acontece por um evento casual e sim por situações corriqueiras, como por exemplo: as dificuldades no plantio, falta de água, a falta de acesso aos recursos básicos para os moradores, entre outros fatores, nas quais podemos dizer que passam de geração em geração, mas que não é regra para toda emigração rural, contudo é válido avaliar essas condições. Os autores também explicam que o migrante assume os riscos da migração, podendo falhar na busca de uma condição de vida melhor. A migração faz parte do “equipamento cultural tradicional”, onde ela pode ser a solução para os problemas de ascensão social, ou apenas uma tentativa fracassada. Brito (2009) ressalta a existência do respeito e incentivo da sociedade em relação a migração como meio de buscar melhores condições de vida em outros locais do país.

Além disso, é interessante destacar, as relações que ocorrem entre as cidades, ou seja, migrações de áreas urbanas para áreas urbanas, possuindo características diferentes da migração da zona rural para zona urbana. O movimento migratório de regiões com pouco dinamismo econômico para regiões com maior dinamismo aos poucos se torna comum, atrelando a

necessidade de buscar melhores condições de vida em um local que terá mais oportunidades. Cunha e Baeninger (2005) consideram que o menor desempenho econômico de um local comparado a outro, é expressado na dificuldade em absorver a movimentação migratória dentro dos próprios estados. Sendo as regiões metropolitanas o local com maior dinamismo econômico, podendo atuar como local de atração migratória em relação aos locais menos desenvolvidos.

Em relação aos movimentos estabelecidos pelos migrantes, Heidemann (2004) questiona se o migrante consegue mesmo atingir a qualidade de vida desejada, tendo como ponto de partida a busca por melhores condições de vida, onde o autor afirma que os migrantes são induzidos a relação mercadoria-dinheiro, freando a identidade social e cultural, podendo limitar as pessoas como fornecedoras de mão de obra e consumidores de produtos, apenas.

Autores que analisam o movimento do campo para cidade também fazem esse questionamento, como Singer (1973) reforçando essa ideia, quando diz que a vida nas regiões metropolitanas não pode ser considerada de qualidade, porém é nesse local que se encontrará melhores locais para estudos (fundamental, médio e superior), medicina especializada, movimentação cultural, modernização tecnológica, etc. Dessa forma, não é difícil entender como essas regiões, entre outros fatores, se tornam um fácil local de escolha para quem busca melhores condições de vida, sendo esse um motivo a gerar a superlotação desses locais.

As Regiões Metropolitanas são locais muito importantes para a dinâmica econômica dos estados, porém Singer (1973) retrata que o crescimento acelerado para a existência inicial das metrópoles causou um grande desequilíbrio em relação à estrutura dessas regiões, tendo em vista que gerou diversos problemas urbanos como: a procura por habitação e serviços urbanos básicos para se viver.

Contribuindo com a afirmativa de Singer, Heidemann (2004) destaca o distanciamento entre metrópole e periferia, em que ambos fazem parte da cidade e do seu funcionamento operacional, entretanto, existe uma grande decadência social entre esses dois espaços, ou seja, garantem o acesso as

relações socioeconômicas para fortalecimento do sistema urbano e impede uma ascensão social com acesso a infraestrutura básica, potencializando a desigualdade e evidenciando as intenções econômicas com a função de cada local da cidade.

Para Cunha e Baeninger (2005) a região metropolitana é responsável em absorver a população que procura sair do seu local de origem por diversos motivos, sendo essa região mais desenvolvida economicamente e com maior facilidade em acesso aos serviços públicos, se tornam um primeiro local de atração migratória intraestadual, isto é, gera um menor custo de migração e permanece no seu Estado de origem.

Buscando entender os movimentos migratórios de forma geral, podemos visualizar que Brito (2009), defende que, a necessidade em melhorar as condições de vida leva as pessoas a saírem do seu local, tendo em vista que não existe possibilidade de ascensão social. A migração é um ato comum e aceito pelas outras pessoas da sociedade, isto é, se torna uma prática seguida pela população que se movimenta no espaço, podendo ser estimulado pela economia e a possibilidade de conseguir uma melhorada em suas condições de vida.

Golgher (2004) contribui com a ideia de o fator econômico ser, em muitas situações, predominante para a migração. Entretanto, existem fatores não econômicos muitos importantes a serem levados em conta, que elevam a qualidade de vida da pessoa, como o clima, violência, centros educacionais, lazer, etc. Sendo mais perceptível em países desenvolvidos e nas classes mais ricas em países em desenvolvimento.

Para Barcellos (1995) existe uma seletividade no processo migratório, onde são atribuídas definições para quem migra, dessa maneira gerando um grupo com características similares e diferentes entre grupos migratórios, indo contra a ideia de migração sozinha, ou seja, mesmo que se movimente sozinho esse migrante estará enquadrado em um grupo. As variáveis podem ser definidas pelo sexo, idade, escolaridade, renda, etc.

Dessa forma, destaca-se a migração pela vizinhança, entre dois estados, mesmo que o destino dentro do estado seja incerto, a influência dos primeiros povos a migrar pelo mesmo motivo ou em outro momento migratório é essencial para a determinação do local a ser escolhido como destino, para fixação definitiva ou como uma forma de apoio para uma nova migração (BRITO, 2009).

1.2. A MIGRAÇÃO NO BRASIL

O ato de migrar no Brasil se mostrou essencial para o desenvolvimento do país, existindo diferentes formas de aborda-la. Há autores, como Brito (2009), que defendem a existência de diferentes fatores de estímulo para a ocorrência da emigração, isto é, a migração não acontece espontaneamente, é necessário algum elemento impulsor para essa ocorrência.

Os movimentos migratórios possuem ciclos diferentes, sendo alterados em diferentes momentos da história. Pensando na emigração do campo para a cidade, autores como Singer (1973) destacam que o migrante se movimenta com objetivo de buscar trabalho, ou seja, os migrantes buscam os locais de concentração de capital acreditando ser o local com maior demanda de mão de obra. Ele expõe um exemplo, que é “bastante comum que o mero anúncio do início da construção de uma fábrica atraia ao local numerosos trabalhadores” (SINGER, 1973, p.129).

Outros autores buscam analisar as relações atuais da migração entre as áreas urbanas, como Baeninger (2012) que comprehende os últimos 60 anos de migrações brasileiras internas como um movimento para a construção do meio urbano e da redistribuição espacial da população no território brasileiro, que são divididos em ciclos econômicos, sociais e políticos nas quais abrangearam nosso país no decorrer da história.

Para Baeninger (2012) as últimas seis décadas moldaram os fluxos migratórios. A partir da industrialização e do avanço da fronteira agrícola, consequentemente a urbanização foi sendo construída com a imigração. O êxodo rural aconteceu no decorrer dessas décadas, tendo a região Sudeste como o principal destino dos fluxos. Barcellos (1995) reafirma que a industrialização foi um instrumento de atração migratória tanto para a população

na zona rural quanto na população das cidades de outros estados, mas que causou desigualdades regionais. Brito (2009) reafirma que as desigualdades sociais, infraestrutura quase inexistente, desequilíbrio regional em relação ao número de habitantes, acompanharam as grandes movimentações no território nacional. Entretanto, não podemos deixar de ressaltar a grande importância desses migrantes para o desenvolvimento da economia brasileira.

Na década de 40 e 50 as migrações eram muito concentradas em dois estados da região Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro, que acumulavam mais de 80% das migrações interestaduais. A preferência por esses dois estados está ligada ao seu desenvolvimento urbano-industrial, sendo um atrativo econômico predominante na época. (BRITO, 2000). Patarra (2003) contribui com esse raciocínio quando indica que até 1960 o capital industrial foi direcionado para São Paulo, podendo verificar a eliminação de impostos interestaduais e melhorias na infraestrutura de transportes, tentando solucionar o problema de custo na produção industrial. Quando buscamos entender de onde vieram esses imigrantes, Brito (2000) afirma que aproximadamente 90% vieram da região Nordeste ou de Minas Gerais, onde a seca foi um fator de expulsão dos nordestinos nesse período, enquanto, o desenvolvimento econômico da região Sudeste foi o atrativo.

Normalmente, entendemos que o êxodo rural aconteceu de áreas mais pobres em direção a áreas mais ricas, Nordeste para o Sudeste, entretanto, Cerqueira e Givisiez (2015) ressaltam que isso aconteceu ao contrário na década de 1960, onde os locais que começaram a registrar a emigração rural foram os locais rurais com maior dinamismo econômico, que permitiu a mecanização e capitalização do meio rural, expulsando os trabalhadores. Brito (2000) reforça que na década de 1960 os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e a região Centro-Oeste foram os destinos de 71% dos migrantes brasileiros. Nesse mesmo período Rio de Janeiro e São Paulo representaram as maiores parcelas de Produto Interno Bruto (PIB) industrial e no setor de serviços.

Cerqueira e Givisiez (2015) continuam com essa linha de raciocínio para a década seguinte, onde em 1970, as migrações de fronteira começaram a acontecer, atingindo os estados do Paraná e Goiás. Baeninger (2012) destaca

que na década de 70 existiam mais estados com emigração do que com imigração, ou seja, mais gente saindo dos locais de origem. Nessa mesma década, foram registrados 11% de migração de retorno, sendo relativamente pequena, já que, na década seguinte 1981-1991 esse percentual passou do dobro, atingindo 24,5% de migrantes voltando aos seus estados de origem. Brito (2000) afirma que na década de 1970 São Paulo teve um aumento de emigrantes e o Rio de Janeiro registrou queda no número de emigrantes.

Até poucas décadas atrás, a população brasileira era em maior parte rural, portanto o fluxo para as áreas urbanas se tornou um elemento novo e atrativo, característico de países em desenvolvimento. É importante destacar, que as migrações são consideradas positivas, principalmente em um olhar capitalista, já que esse movimento vai interferir no desenvolvimento econômico e contribui com a modernização da sociedade (BRITO, 2009).

Em contra partida, Marandola Jr. e Dal Gallo (2010) colocam em pauta a dificuldade do migrante em criar relacionamento com o local de destino, tendo em vista que a identificação cultural e espacial são diferentes do local de origem, podendo gerar restrições. Dessa forma, notamos que economicamente a migração pode ocorrer normalmente, quando o mercado precisa de mão de obra a migração se torna até essencial, mas de outro lado temos a dificuldade do migrante manter relação com o local de destino, onde precisará de tempo para manter laços de pertencimento ao local que está ocupando. Casey (*apud* MARANDOLA Jr.; DAL GALLO, 2010) reforça essa discussão quando levanta a ideia que a relação ser-lugar está em uma construção mútua, isto é, o ser constrói o lugar, ou contribui com sua construção, enquanto é transformado pelo lugar (e todos os elementos que compõem o lugar, inclusive o capitalismo). Portanto, o migrante terá sua formação sociocultural do seu local de origem e com ela irá transformar o espaço geográfico de destino e também ser transformado pelas novas experiências socioculturais do espaço que está inserido.

Pensando em um país em desenvolvimento, Lewis (*apud* BRITO, 2009) considera que a interação entre a zona rural e a zona urbana ocorre de acordo com o excedente capitalista, sendo necessário o investimento do capital para a

manutenção desse sistema, levando assim ao fim do excedente de mão de obra ou até que todos os trabalhadores rurais sejam transferidos para o setor moderno da economia, na zona urbana.

Porém, a realidade pode acontecer de formas diferentes, em São Paulo, Singer (1973) destaca que quando o trabalhador rural chegava não conseguia entrar no mercado de trabalho e assim começava a fazer serviços por diárias, de engraxates ou se tornam “desocupados”. Vale destacar que esses trabalhadores eram ativos na zona rural e acabaram não tendo acesso aos serviços ofertados pela cidade, nas indústrias ou comércios.

Na perspectiva de atender as produções industriais, houve um aumento do volume de pessoas nos grandes centros urbanos, e na década de 1970 os imigrantes de São Paulo eram predominantemente da região Nordeste e do estado de Minas Gerais, esses dois locais de origens somavam 60% dos imigrantes em São Paulo (BRITO, 2000). Um fato interessante destacado por Brito (2000) é que a origem dos imigrantes do Centro-Oeste permaneceu a mesma na década de 1980, nessa mesma época houve uma redução dos imigrantes vindos de Minas Gerais para essa região. O Nordeste continuou sendo um grande fornecedor de emigrantes em 1980.

Na região Sul, Patarra (2003) destaca que quase metade da população rural entrou no movimento de êxodo rural, um número próximo a 2 milhões de habitantes, que estava ligado a mudança na forma de produção agrícola, onde foi inserido a mecanização, eliminando boa parte da mão de obra braçal. Mesmo com o êxodo rural, Brito (2000) ressalta que a emigração da região Sul registrou queda entre 1970 e 1991, independente da emigração rural ou urbana, esse declínio contribuiu positivamente para equilibrar o saldo migratório, isto é, não existe diferença considerável entre os movimentos de emigração e imigração, sendo que outrora o movimento de emigração foi potencializado pelo avanço agrícola da região Centro-Oeste.

A cidade de São Paulo é destacada por Singer (1973), foco do seu trabalho, como local que não conseguia criar ofertas de acordo com a demanda, que crescia com o alto número de imigrantes. Levantando assim alguns questionamentos como: deve-se proibir a imigração? Ou devemos frear o

crescimento econômico? Ele já traz uma resposta baseada na proporcionalidade de oferta e demanda do capitalismo, isto é, mesmo que menor fosse o número de pessoas, menor seriam as ofertas e por consequência geraria a mesma disputa e continuaria a mesma problemática urbana. Essa ideia é baseada em um argumento que Singer (1973) chama de “anti-urbano”, visto que se o crescimento de ofertas de mão de obra for maior (e era) que a demanda, isso geraria desempregos e subempregos. Patarra (2003) contribui com essa ideia quando afirma que, não é o caso de São Paulo, em áreas com a urbanização mais atrasada é visível uma incapacidade de absorver a mão de obra ofertada, forçando a migração para outras áreas, principalmente com maiores atividades econômicas.

Os imigrantes nordestinos tendem a voltar ao seu local de origem, se enquadrando na migração de retorno, vale destacar que essa migração não está ligada ao fato de ter conseguido ascender socialmente ou não, portanto podemos encontrar nesse grupo de migrantes pessoas que conseguiram atingir seus objetivos (ou sanar a causa que os fizeram emigrar) e pessoas que não conseguiram atingir seus objetivos iniciais que os motivaram a realizar a migração. Cunha e Baeninger (2005) acreditam que os migrantes procuram manter um relacionamento (seja afetivo, seja de propriedade) com seu local de origem como uma forma de projeto para retorno, ou seja, os migrantes buscam melhores condições de vida, mas projeta seu retorno assim que atingir seu objetivo inicial, podendo reconstruir seus objetivos no decorrer da migração.

Reforçando essa teoria de retorno, Marandola Jr. e Dal Gallo (2010) colocam a casa como “marco zero do relacionamento espacial e social”, serve então como apoio ao migrante, como uma forma de se interligar com seu local de origem, mantendo o relacionamento e permitindo o retorno a sua casa quando desejar seja temporário (a passeio) ou um retorno definitivo. Cunha (2005) acredita que o retorno ao local de origem está ligado ao sucesso no local de destino, dentro da realidade das migrações, nem todos eles conseguiram atingir o sucesso e retorno ao local de origem, tendo em vista que na década de 80, o mercado de trabalho estaria absorvendo menos mão de obra que nas décadas anteriores. Cunha (2005) ainda destaca que os investimentos (terrás e imóveis) no seu

local de origem e o apoio na recepção financeira como nas negociações desses patrimônios são elementos que contribuem para o retorno do migrante.

Outro fenômeno migratório a ganhar força no Brasil é a migração de retorno. Para analisar a situação da migração de retorno presente na região Nordeste, que é considerada a principal fornecedora de migrantes, Baeninger (2012) revela que de 2004/2009 foi registrado o retorno de imigrantes para região Nordeste. Esse movimento está relacionado às modificações na região Metropolitana de São Paulo e Rio de Janeiro (área de atração na década de 1970 e área de perda migratória no século XXI), como também a reorganização das indústrias no território nacional.

Os fluxos migratórios brasileiros foram importantes para atender a dinâmica econômica do país durante as últimas décadas, onde é possível entender, que as migrações regionais aconteceram no decorrer do desenvolvimento econômico brasileiro, desde a década de 70 aos anos atuais a migração do Nordeste ao Sudeste é evidenciada nos saldos migratórios, dando ênfase para o estado de São Paulo. Sendo que o Rio de Janeiro e São Paulo registraram um crescimento de imigrantes nos períodos de 1970 e 1980 (CUNHA; BAENINGER, 2005).

A mudança de século permitiu dar continuidade a algumas movimentações migratórias e também para redefinir outros direcionamentos, pensando nos últimos anos, Baeninger (2011) levanta duas teorias para explicar os movimentos migratórios urbanos, o conceito de circulação e de rotatividade. A ideia da circulação é explicar a relação do excedente de mão de obra na zona rural e o atrativo das dinâmicas econômicas/produtivas da zona urbana, tendo em vista que esses trabalhadores possam fazer isso temporariamente, por períodos livres de tempo ou em períodos sazonais. Entretanto, Baeninger (2011) ressalta a complexidade dos fenômenos migratórios atuais nas ondas migratórias atuais, sendo insuficiente.

Os movimentos migratórios recentes sofreram mudanças, focando apenas nas zonas urbanas. Em relação à teoria de rotatividade, entende-se como fruto da migração entre áreas urbanas, gerando a movimentação de pessoas de acordo com as demandas, podendo sim gerar um excedente populacional, como é

observado nos centros urbanos atuais. A rotatividade migratória busca compreender as relações urbanas, de acordo com as demandas da cidade, sendo assim atenderá as necessidades sociais e econômicas dos locais de saída e chegada (BAENINGER, 2011).

Buscando analisar as situações de trocas migratórias no Brasil, Baeninger (2012) destaca que no início dos anos 2000 até 2009 foram registrados 13 estados ganhadores de imigrantes, sendo considerado um saldo positivo. Vale destacar que a região Norte registrou saldo negativo e o Nordeste apresentou oscilações entre os seus estados, não é o foco desse trabalho, mas para quem busca detalhamento do Nordeste é necessário o estudo individual de cada estado para a melhor compreensão.

As migrações no século XXI tornaram-se muito mais dinâmicas, diferente do que acontecia no século XX, nesse sentido Baeninger (2012) destaca que as ondas migratórias atuais estão pautadas nas idas e vindas, refluxos, etc. Ou seja, a migração possui um papel mais flexível e não rígido, onde se pratica a ideia de migrar quantas vezes for necessário, com objetivos dinâmicos de acordo com cada migrante e/ou momento de migração.

A fim de mostrar a flexibilidade da migração nos tempos atuais, podemos destacar aqui a ideia de migração de curto prazo proposta por Brito (2015), sendo uma migração que está acima de 23% dos movimentos nos estados ou regiões do Brasil. Esse tipo de movimento está enquadrado na nova realidade brasileira, sendo assim os desequilíbrios socioeconômicos das regiões estimulam uma migração em um curto período de duração (menos de cinco anos).

Na linha de raciocínio da mudança migratória do século XX para o XXI, destaca-se um elemento muito importante para analisar os fluxos migratórios que é a situação econômica do país, podendo ser mais uma opção para entender os movimentos atuais, nessa perspectiva Dota e Queiroz (2019) destacam que a crise econômica no Brasil provocou uma diminuição no movimento interestadual e estimulou o movimento intraestadual, ou seja, diminuirá a migração de longa distância e aumentará a de curta distância.

Vale destacar a situação do estado da Bahia, pois contribui positivamente com a proposta desse trabalho, esse estado registrou saldo negativo nos últimos 50 anos, registrando um saldo positivo (33.017 imigrantes a mais que emigrantes) apenas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2006, nos PNADs posteriores o saldo continuou com a tendência negativa, sendo uma perda de 75 mil pessoas em 2008 e 108.326 pessoas em 2009 (BAENINGER, 2012).

1.3. A MIGRAÇÃO INTERESTADUAL NO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo é o estado com menor representatividade na dinâmica econômica da região Sudeste. Buscando entender as razões que modelam a estrutura desse estado, precisamos analisar seu processo de desenvolvimento econômico e migratório. Castiglioni (2009) afirma que o Espírito Santo até meados do século XX possuía características rurais, ou seja, o processo de urbanização é tardio e lento, impactando diretamente na imigração e na distribuição populacional no estado.

Entre as décadas de 1960 e 1970 aconteceu a transformação da economia cafeeira (única economia capixaba nesse momento). Na década de 1960 aconteceu uma política de erradicação dos cafezais improdutivos. Com essa crise na produção agrícola, começaram os investimentos na industrialização, esse fato modificou as relações econômicas do estado e promoveu sua inserção econômica a nível nacional e internacional (SIQUEIRA, 2009). Vale destacar que o Espírito Santo não deixou de ser um estado com produção agrária, nem muito menos parou de produzir café.

Para reafirmar a ideia que a economia do Espírito Santo era baseada na agricultura, pode-se destacar a população rural em 1950 que era de 78,2%, ocorreu uma mudança radical em 2009 quando a população urbana chegou a 82,6% (DADALTO; RODRIGUES, 2015). Dotta (2019) reforça a relação da emigração do campo para a cidade no Espírito Santo quando coloca que a decadência das oportunidades na agricultura é um dos principais motivos que estimularam a emigração. Esse setor (primário) é a base da economia desses municípios, dessa maneira, a saída de pessoas irá afetar consideravelmente as

demais atividades comerciais do município, podendo estagnar e diminuir a economia local.

A ocorrência do êxodo rural, na década de 1970, também teve contribuição dos “grandes projetos industriais”, isto é, a alteração da base econômica capixaba (DADALTO; RODRIGUES, 2015). Entretanto com o êxodo rural e as imigrações interestaduais, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) foi marcada, em grande parte, por ocupações em áreas periféricas, de manguezais e morros que estavam no centro da Ilha de Vitória, transformando e moldando a paisagem da capital. Esse acontecimento está relacionado à implantação dos projetos industriais sem planejamento social, ambiental e urbano (RODRIGUES; CRUZ, 2011).

Entretanto, o modelo industrial não foi autossustentável, isto é, necessitou por muitas décadas da produção agrária-exportadora para conseguir se desenvolver, sendo importante lembrar que foi através dos grandes lucros proporcionado pela cultura cafeeira aos grandes fazendeiros que permitiu um investimento para o surgimento das indústrias. Como diz Siqueira (2009), a produção de café era beneficiada com a estrutura existente, sendo difícil para os produtos industrializados, tendo a cultura cafeeira a prioridade em escoamento, armazenamento e exportação.

O porto de Vitória mostrou essa dinâmica, sendo essencialmente exportador de café produzido no Espírito Santo e em Minas Gerais, só depois passou a exportar, também, o minério de ferro produzido pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O documento “Município de Vitória. Situação Sócio-Econômico (1978)” já mostrava o complexo portuário como um elemento representativo do desenvolvimento da cidade. Com esse instrumento a cidade pode praticar a importação e a exportação, com destaque para esse ultimo que garantiria o desenvolvimento econômico tanto agrícola quanto para escoar a produção industrial (RODRIGUES; CRUZ, 2011).

Para entender a inserção da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) capixaba, foi registrado entre as décadas de 1970 a 1990 o crescimento da industrialização capixaba em cerca de 336%, sendo um crescimento muito expressivo perante a realidade agroexportadora. Além disso, Rodrigues e Cruz

(2011) ressaltam que a presença dessas indústrias foram primordiais para a instalação de pequenas empresas no entorno de Vitória, ou seja, contribuem com a geração de empregos e da economia. Dessa forma a industrialização começou a ter representatividade na economia capixaba, não excluindo a agricultura, mas ganhando seu espaço.

Só em meados de 1970 que ocorreram investimentos pelo governo para gerar infraestrutura que atendesse o modelo industrial, como o abastecimento energético, a melhoria e criação de novas rotas de transporte e comunicação. O crescimento industrial capixaba era muito interessante para o governo do Estado, mesmo que tardio, tendo em vista que permitiria um crescimento e modernização econômica, consequentemente gerando empregos e impostos, para isso o governo contribuiu com financiamentos e incentivos fiscais, vale destacar que são isenções por um período de tempo e não vitalício (SIQUEIRA, 2009).

Entretanto, diante dessas grandes transformações no estado, nota-se a concentração no crescimento urbano em maior expressividade na Região da Grande Vitória. Com todo seu crescimento, essa região foi palco da especulação imobiliária e os problemas urbanos ocasionados por esse crescimento e pelo aumento do número de imigrantes, sendo que essa região concentrou quase metade da população capixaba a partir de 1970 (DADALTO; RODRIGUES, 2015).

Com esse crescimento urbano foi notório a falta de uma política habitacional eficiente para atender a população de baixa renda, isso fez com que houvesse uma maior ocupação em áreas periféricas, que abriga uma parcela significativa da população, as periferias são modeladas sem uma infraestrutura mínima para habitação, ou seja, contribuindo com o processo de diferenciação espacial e social (RODRIGUES; CRUZ, 2011).

O grande crescimento econômico do Espírito Santo em 1990-2000 também contribuiu de forma positiva para modificar o fluxo migratório, retendo as pessoas no Estado, dessa forma estimulando o crescimento da migração intraestadual, isto é, uma movimentação espacial dentro do próprio estado sem alterar o saldo migratório estadual. Tendo em vista que o crescimento

econômico vem acompanhado de geração de empregos, eliminando a necessidade de buscar essas oportunidades em outros estados brasileiros, vemos em DOTA (2016) que foi registrado uma redução gradativa da emigração capixaba. Portanto, podemos dizer que da mesma forma que o crescimento econômico do Espírito Santo contribuiu para a permanência dos capixabas, ela também serviu como atrativo para imigrantes interestaduais, isto é, aumentando o saldo migratório.

Outro fator que vale ser destacado também é a ocorrência de migração entre cidades menores para cidades maiores, e até mesmo entre bairros das cidades da Grande Vitória, as pessoas, em sua maioria, buscavam acessibilidade aos serviços públicos, o que é escasso ou limitado nas áreas periféricas da RMGV, permitindo assim a continuidade ou reforço da migração intraestadual (DADALTO; RODRIGUES, 2015).

Entretanto, a RMGV registrou uma redução gradativa nas trocas com os outros municípios do Espírito Santo, mesmo que na última década tenha sido menor que as anteriores, podemos dizer que a RMGV torna-se um local de destino para os migrantes, isso pode estar relacionado a concentração econômica nos municípios que a integram (DOTA, 2016). A RMGV começou a receber uma quantidade grande de imigrantes intraestaduais na época da política de erradicação dos cafezais, cerca de 150 mil pessoas saíram da zona rural, cerca de metade dessas pessoas chegaram na Grande Vitória, outra metade fizeram uma migração interestadual, com destino ao Rio de Janeiro e Paraná (DADALTO; RODRIGUES, 2015).

Analizando o volume migratório atual, DOTA (2016) destaca que houve uma considerável manutenção nos números de imigrantes interestaduais entre 1991 e 2010. Nesse mesmo período, é possível observar um aumento na emigração entre 1995 e 2000, e uma redução desses números entre 2000 e 2010. Esses movimentos podem ser analisados com base na crise na década de 1990, expulsando pessoas, e com o crescimento econômico na segunda metade da década de 2000, atraindo pessoas (DOTA, 2016).

A economia capixaba se mantém até os dias atuais dependente do modelo agroexportador, não só, mas tem grande representatividade no saldo

econômico final. Como analisa Dota (2016) no período de 2005-2010 a economia capixaba teve modificações positivas na sua dinâmica devido ao aumento dos preços das commodities no mercado internacional. Nesse sentido, podemos pensar que as atividades agrícolas podem interferir no sentido das migrações no estado, independente do volume de pessoas que se movimentam em razão disso.

Em relação aos imigrantes em terras capixabas, é possível notar que as origens dos imigrantes são dos estados vizinhos (Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e essas origens permanecem até os tempos atuais. Uma das justificativas a serem pensadas pela migração de fronteira é a fraca participação do PIB do Espírito Santo em relação ao Brasil, dificultando atrair migrantes de médias e longas distâncias (DOTA, 2016).

Para reforçar o que foi exposto por Dota, os estados do Espírito Santo e da Bahia serem fronteiriços é um fato que contribui para a movimentação migratória entre os dois há algumas décadas. Nessa troca o Espírito Santo possui um saldo positivo (IJSN, 2003). Consequentemente impactando de alguma forma os locais onde se estabelecem, sendo de grande necessidade analisar a proporção e representatividade baiana em terras capixabas, buscando entender a dinâmica demográfica dentro do Espírito Santo. Dota (2016) ressalta que na década de 2000 os fluxos migratórios da Bahia para o Espírito Santo se mostraram fortes, ou seja, podemos considerar esse movimento atual e de importância demográfica.

Uma onda migratória mais recente registrada no Espírito Santo está relacionada a exploração de petróleo, graças a exploração da camada do pré-sal na bacia de Campos. Esse tipo de demanda pode exigir mão de obra qualificada, quebrando o estereótipo que imigrantes são apenas pessoas desqualificadas profissionalmente. Zanotelli et al. (2019) ressaltam que em 2010 foram registrados 1.041 pessoas, sendo destacados as seguintes origens: 394 pessoas do Rio de Janeiro, 212 pessoas de Minas Gerais e 142 pessoas da Bahia, esses dados reforçam a força da atração fronteiriça que o Espírito Santo possui. Os autores destacam que o maior volume de imigrantes do Rio de

Janeiro está associado ao mercado petrolífero já existente e consolidado nesse estado.

Outro fenômeno migratório relacionado às atividades petrolíferas é a mobilidade pendular, sendo um movimento atual. Mais da metade dos trabalhadores (total: 6,5 mil) realizam a mobilidade pendular, 1,7 mil entre os estados capixabas e 1,7 mil entre outros estados, com grande destaque para o Rio de Janeiro, sendo a cidade de Macaé com 1,03 mil trabalhadores, vale destacar que isso se torna possível através do tipo de trabalho por escala, podendo ser intercaladas em 15 dias na plataforma (área de trabalho) e 15 dias “em casa” (ZANOTELLI et al., 2019).

Nesse prisma, o PIB capixaba é composto em grande parte pelas atividades agrícolas, industriais e mais recentemente pela atividade petrolífera (que incide nas atividades industriais e de serviços). Por outro lado, para reforçar a importância da agroexportação tanto falado anteriormente, podemos ver a representatividade da agricultura capixaba através da produção de café, por exemplo, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), atualmente o Espírito Santo é considerado o segundo maior estado brasileiro em produção de café (tanto para o consumo interno, quanto para exportação), perdendo só para Minas Gerais, produzindo o café Conilon e Arábica.

Com base no que foi dito anteriormente, podemos inferir que o processo histórico de desenvolvimento econômico do Espírito Santo foi importante para o seu desenvolvimento econômico e assim conseguir manter sua população e atrair a população de outros estados, nesse caso a Bahia. Esse contínuo crescimento econômico do estado, com grandes empresas, indústrias atuantes e com representatividade no cenário nacional, além da favorável localização geográfica para as atividades portuárias, garantem que atualmente o Espírito Santo continue figurando como local de atração, principalmente para os estados que fazem fronteira.

2. EMIGRAÇÃO BAIANA E OS IMPACTOS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA POPULAÇÃO

2.1. A BAHIA COMO ÁREA DE EMIGRAÇÃO

Os movimentos migratórios na Bahia aconteceram em diferentes momentos na história e cada um com suas particularidades. Nesse sentido, Pinho (2007) levanta a ideia que a imigração na Bahia começou desde o período colonial com o alto fluxo de portugueses se instalando no litoral baiano, onde a economia foi moldada e sofreu crises com o plantio de cana de açúcar (impactando todo o Brasil).

É de entendimento geral, que a economia não é o único fator que gera os movimentos humanos entre diferentes locais, mas vamos considerar esse elemento como ponto de partida quando pensamos na mudança estrutural socioeconômica da Bahia. Nesse sentido, Pedrão (2007) afirma que a transição da mão de obra escrava para assalariada estimulou os primeiros movimentos migratórios de pessoas nesse estado entre o período de 1890 e 1914. Posterior a isso a imigração alemã para a Bahia ganha destaque, graças aos efeitos da Primeira Guerra Mundial.

Com a economia baseada na indústria do Sudeste a partir dos anos 20 e a crise de 1929 (em cenário internacional) a economia baiana agroexportadora começou a sofrer diminuição na comercialização dessas matérias primas como o fumo, algodão, couro, cacau, etc.. Esses acontecimentos favoreceram fortemente a necessidade de migrar para a região Sudeste, em maior quantidade para São Paulo (PINHO, 2007).

Pedrão (2007) afirma que após 1925 o estado baiano configurou-se como um local emigratório e a cidade de Salvador concentrou as atividades urbanas. Um dos fatores que estimularam a emigração baiana foi a falta de capacidade para absorver as demandas de empregos, ou seja, a população sem oportunidade de emprego começou a criar rotas e fluxos para a região Sudeste do Brasil. Esse movimento ganhou volume e representatividade nas décadas de 1950 a 1980 (PEDRÃO, 2007).

Silva (2012) reforça essa ideia quando considera que a Bahia perdeu muitos baianos na construção da sua história, e o principal ponto de destino sempre foi a região Sudeste. A autora considera que esse movimento aconteceu principalmente pela fraca economia baseada na agropecuária, não possuindo oportunidades de emprego os baianos começaram a emigrar.

Reforçando a ideia de a capital baiana ser uma referência na passagem de migrantes, Pinho (2007) destaca que as emigrações entre as décadas de 1920 e 1940, em grande maioria, passaram por Salvador e quando se direcionavam para outros estados o destino principal eram as zonas rurais, levando em conta que nesse período o Brasil era predominantemente rural.

Dias e Araujo (2007) afirmam que nas décadas de 1940 e 1950 a Bahia, agroexportadora, passava por um momento de estagnação econômica, a seca (permanente no sertão nordestino, abrangendo parte oeste da Bahia) e a falta de oportunidade nos locais mais próximos fizeram com que os baianos migrassem para o Sudeste, onde estava se desenvolvendo as oportunidades de emprego através das indústrias e comércios, ou seja, a migração é vista por Dias e Araujo (2007) como uma estratégia de sobrevivência.

A partir da década de 1960 começou a diminuir o fluxo de emigrantes baianos para outras regiões do Brasil, a urbanização e a industrialização na década seguinte foram pontos cruciais para manter a população no estado da Bahia, isto é, absorveu uma população trabalhadora que poderiam ser emigrantes (FILHO, 2017).

Em relações aos investimentos econômicos, Silva (2012) ressalta que na década de 1970 houveram investimentos nos setores industriais, de serviços e de comércio com o objetivo de estimular o crescimento econômico da região Nordeste. Podendo interferir no fluxo migratório, diminuindo-o.

Filho (2017) reafirma que os investimentos industriais impactaram no movimento populacional da Bahia pós década de 1970, sendo que antes disso era influenciada principalmente pelo modelo primário-exportador. O autor destaca as indústrias petroquímicas, metalúrgicas, de celulose e por último a automobilística. A política do governo federal de substituição de importações foi

muito benéfica para a Bahia, pois foi contemplada com diversos projetos industriais para produção de bens intermediários (FILHO, 2017).

Pinho (2007) destaca os principais polos industriais, sendo o Centro Industrial de Aratu (CIA), na década de 1960, na produção de bens intermediários e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), na década de 1970, assim consolidando a Bahia como produtora de bens intermediários e com produção destinada, em grande maioria, para as indústrias em São Paulo.

Na década de 1990 começaram aparecer as consequências dos investimentos da década de 1970, expressadas no aumento da migração interna, isso reforça a ideia de concentração dos investimentos, tendo em vista que as pessoas estavam migrando para as regiões com maior dinamismo econômico provenientes desses investimentos. Essas áreas que atraiam os baianos dentro do próprio estado ficaram denominadas de “ilhas de tecnologia” que se destacam a Região Metropolitana de Salvador, o Oeste baiano com a produção de soja e Juazeiro com a fruticultura irrigada (SILVA, 2012).

Reforçando a importância do desenvolvimento econômico e a consolidação da urbanização, Filho (2017) afirma que esses fatores influenciaram os movimentos migratórios nas décadas 1980 e 1990, evidenciando o fluxo das imigrações de retorno. Vale destacar que a emigração ainda continuou com grande volume e que os imigrantes de retorno podem retornar ao seu estado de origem sem ser motivado pela economia e/ou pela urbanização.

Outro movimento que vale ser destacado aqui é a migração intraestadual na Bahia, sendo importante para entender os movimentos populacionais desse estado. Silva (2012) faz uma análise da população baiana em relação ao seu local de origem, nesse ponto ela destaca que quase quatro milhões de baianos estão residindo em outro município do estado da Bahia que não é o seu de origem evidenciando o quanto é importante analisar esse movimento migratório interno.

Para Pinho (2007) a migração intraestadual é tão marcante que quase todos os municípios possuem registros de migrantes baianos, reforçando a necessidade de entender os motivos que fizeram as pessoas migrarem para outros

municípios baianos e também se permaneceram ou fizeram uma nova migração para outros municípios do estado.

Dias e Araujo (2007) reforçam a ideia da imigração intraestadual quando trazem como exemplo a Região Extremo Sul, que teve como atração populacional através do seu dinamismo econômico. Esse fator pode ser responsável pela migração entre os municípios dessa região e até mesmo dos demais municípios que estão ao redor do Extremo Sul, ou seja, os municípios com ofertas de emprego e/ou melhores condições de vida podem contribuir na escolha dos migrantes.

Com base no Censo demográfico de 2010, Filho (2017) afirma que do total de migrantes residindo no estado da Bahia, 56% são migrantes intermunicipais, ou seja, trocaram de município, mas continuaram no estado baiano.

Em relação ao saldo migratório do estado da Bahia, Silva (2012) destaca que se expressa de forma negativa, ou seja, são registrados mais emigrantes do que imigrante para o estado. Ainda existe a busca por regiões com melhores condições socioeconômicas, considerando a pouca infraestrutura econômica na maior parte do estado baiano.

Golgher (2004) faz uma análise das migrações baianas, onde registrou-se entre as décadas de 1980 e 1990 uma diminuição considerável no volume total dos emigrantes baianos, reforçando a ideia da diminuição do fluxo, mas esse número de saída ainda é consideravelmente alto. Em nível de comparação, enquanto a Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco perderam em média mais de 320 mil pessoas entre 1980/1990 (com destaque para Ceará e Pernambuco que perderam mais de 500 mil pessoas) tivemos estados com perdas abaixo de 100 mil pessoas, como é o caso de Alagoas e Rio Grande do Norte. Nesse mesmo período, Sergipe foi o único estado dos comparados a ter um saldo positivo, com 6.895 imigrantes.

Com base no Censo demográfico de 2010, Filho (2017) afirma que no volume total da migração na Bahia, 44% são migrantes interestaduais, ou seja, vieram de outros estados e contribuíram para diminuir a diferença no saldo migratório baiano.

Baeninger (2012) expõe o saldo migratório da Bahia em períodos com registro de saldo migratório positivo na PNAD de 2006 e um saldo migratório negativo nas PNADs de 2008 e 2009, reforçando a ideia que na maioria dos registros o saldo migratório negativo é predominante, mesmo com a migração de retorno para a Bahia.

A Tabela 1 permite analisar a evolução dos volumes de imigrantes e emigrantes na Bahia da década de 1970 até o ano 2010, gerando assim um saldo nesses períodos. Percebe-se, que o saldo é negativo em todos os períodos analisados, sendo importante destacar que no período de 2005/2010 o saldo é menor que os demais por se tratar de um dado referente a um período de tempo menor. De 1970 a 2000 percebe-se um aumento do número de emigrantes, consequentemente um aumento no volume do saldo negativo.

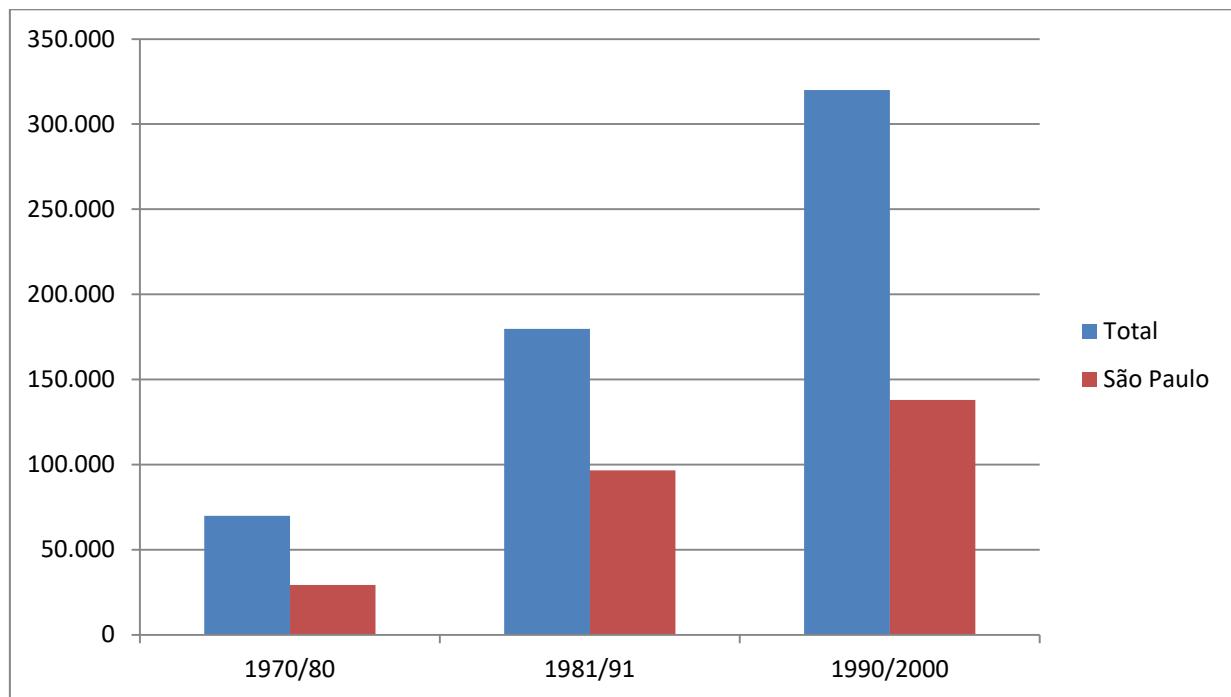
Tabela 1- Volumes de imigração e emigração. Bahia, 1970-1980, 1981-1991, 1990-2000 e 2005-2010.

Bahia	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
70/80	350.471	727.815	-377.344
81/91	455.169	876.900	-421.731
1990/2000	619.172	1.133.797	-514.625
2005/2010	229.226	466.360	-237.134

Fonte: Adaptado de Cunha e Baeninger, 2005.

O Gráfico 1 foi elaborado com base em um recorte da tabela elaborada por Cunha e Baeninger (2005) sobre o volume de migração de retorno por Unidades da Federação. Destacando a Bahia, percebemos que o volume total de migrantes de retorno cresceu da década de 1970 até os anos 2000. Referente os migrantes de retorno de São Paulo, local de destino dos nordestinos tanto discutidos pelos autores na migração do Brasil, temos uma porcentagem de participação muito considerável no volume total de cada período analisado. Sendo assim, registrou-se do total de migrantes de retorno desde São Paulo a porcentagem de 41,86% em 1970/80, 53,71% em 1981/91 e 43,13% em 1990/2000.

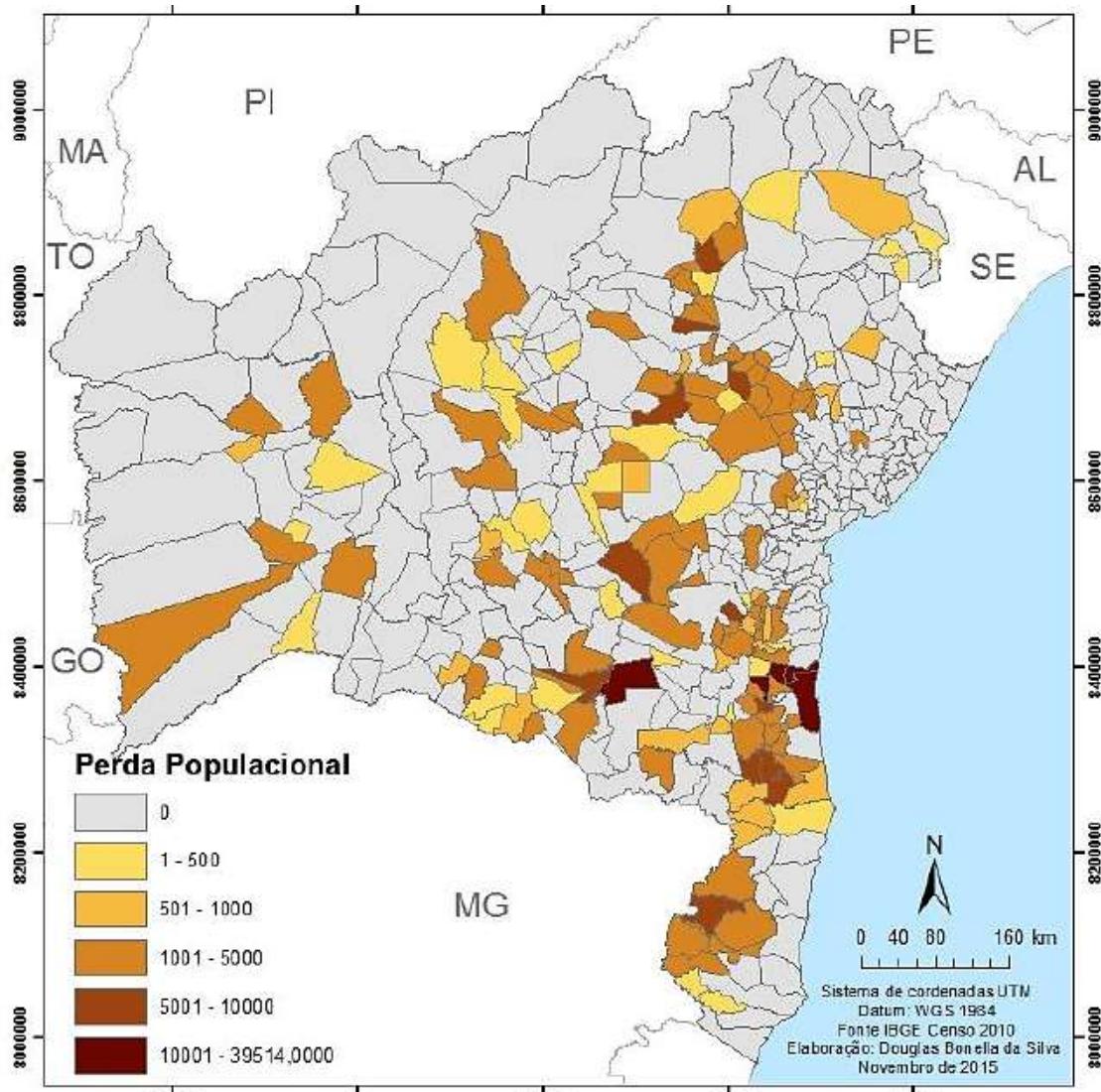
Gráfico 1- Volumes de migração de retorno. Bahia 1970-1980, 1981-1991 e 1990-2000.



Fonte: Adaptado de Cunha e Baeninger, 2005.

No Mapa 1 podemos visualizar os municípios baianos que perderam população no período de 1991 a 2010. A partir disso é possível perceber que não forma todos os municípios que registraram perda populacional. De outro lado, nota-se que a região Sul da Bahia registra um número consideravelmente alto de perda de pessoas, podendo levantar a possibilidade de uma parte desses emigrantes terem como destino o estado do Espírito Santo.

Mapa 1- Municípios que perderam população. Bahia, 1991-2010.



Fonte: Silva, 2016.

2.2. O CONTEXTO ECONÔMICO DA REGIÃO SUL DA BAHIA

No decorrer desse trabalho será adotado a Mesorregião Sul da Bahia para refletir sobre o cultivo de cacau nessa região, buscando entender sua importância econômica e as consequências das crises ocorridas. A Mesorregião Sul é composta por 70 municípios, com uma área de 54.723 km² (IBGE, 2021).

A Região Extremo Sul será abordada nesse estudo quando analisarmos a cultura do eucalipto, sendo feito esse recorte para explicar o maior dinamismo na produção de eucalipto nessa área. A Região Extremo Sul é composta por 21 municípios (FILHO, 2017), lembrando que esses municípios estão na Mesorregião Sul. Destaca-se essa região pela proximidade com o Espírito

Santo, com base no raciocínio de migração fronteiriça. No Mapa 2 é possível visualizar a divisa entre os estados da Bahia e Espírito Santo, a partir disso os migrantes podem ser atraídos por diversos motivos nas áreas mais próximas ao seu local de origem.

A escolha por essas áreas de estudos estão relacionadas ao interesse de analisar as relações econômicas dessa região da Bahia que puderam servir como fatores de expulsão. Ganhando destaque aqui a cultura do eucalipto e a do cacau nessa região, veremos se essas atividades geraram ou ainda geram impactos no uso dos solos e na dinâmica migratória do Sul da Bahia.

O Mapa 2 mostra as 7 mesorregiões da Bahia, destacando o Sul baiano que é área de estudo desse trabalho, pode-se perceber que essa região é a única que faz divisa com o estado do Espírito Santo ao Sul, também faz divisa com Minas Gerais e com a Mesorregião Centro Sul Baiano ao Oeste, ao Norte encontra-se com a Mesorregião Metropolitana de Salvador e é banhado pelo Oceano Atlântico ao Leste.

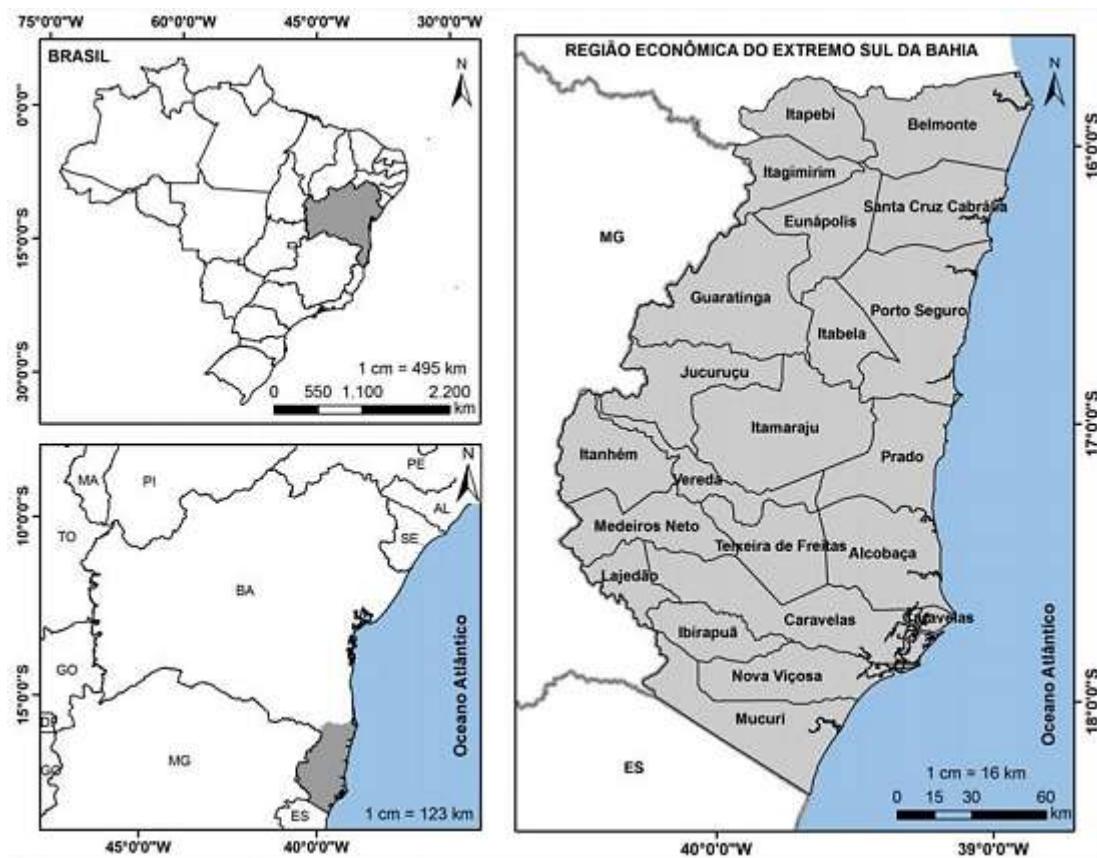
Mapa 2- Mesorregiões do estado da Bahia.



Fonte: SEI, 2020.

Como podemos ver no Mapa 3, a região Extremo Sul é composta por 21 municípios. Ao Norte Belmonte, Itapebi e Itagimirim fazem divisa com os municípios baianos da região Sul baiano, ao Oeste existem municípios que fazem divisa com Minas Gerais, ao Leste existem municípios que são banhados pelo oceano Atlântico, ao Sul existe o único município que faz divisa com o Espírito Santo, Mucuri.

Mapa 3- Municípios da Região Econômica Extremo Sul.



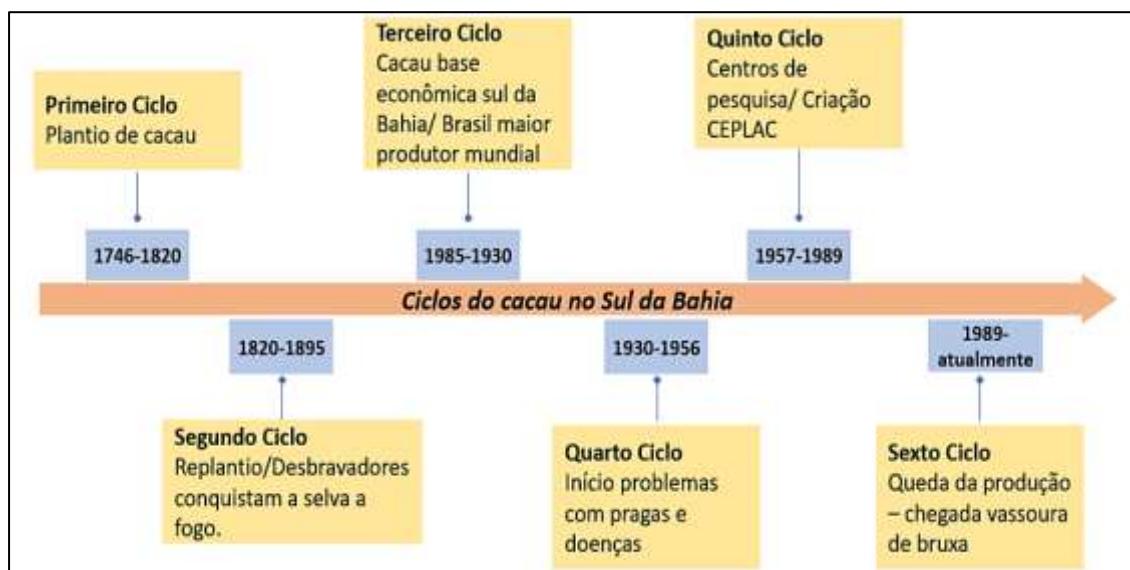
Fonte: Almeida, Góes e Teixeira, 2011.

2.2.1. Produção Cacaueira no Sul da Bahia

A produção de cacau na Bahia se desenvolveu como agroexportadora, principalmente em 1890 quando começaram a exportar suas produções. Iniciando assim o ciclo de cacau para exportação, no Sul do estado. Nesse momento não existia envolvimento governamental, essas exportações eram feitas por casas de exportações e pessoas conhecidas como intermediários (MARINHO, 2008).

O plantio de cacau no Sul da Bahia registrou vários ciclos, pautada no avanço da produção e em crises de diferentes intensidades. Não é foco desse trabalho explorar cada crise, mas é válido expor o cronograma na Figura 1 para compreensão temporal dessa produção nessa área.

Figura 1- Cronologia dos ciclos de cacau na região Sul da Bahia. 1746-1989.



Fonte: Cardoso, 2019.

Antes dos anos 1930, a produção de cacau era livre e sem regulamentações, foi então, que a partir dessa década que começaram registrar um intervencionismo do Estado na economia. O mundo estava passando por uma crise internacional (crise de superprodução iniciada nos Estados Unidos), somado a intervenção estatal, a produção e os produtores de cacau ficaram sendo controlados pelo governo (NEVES, 2018).

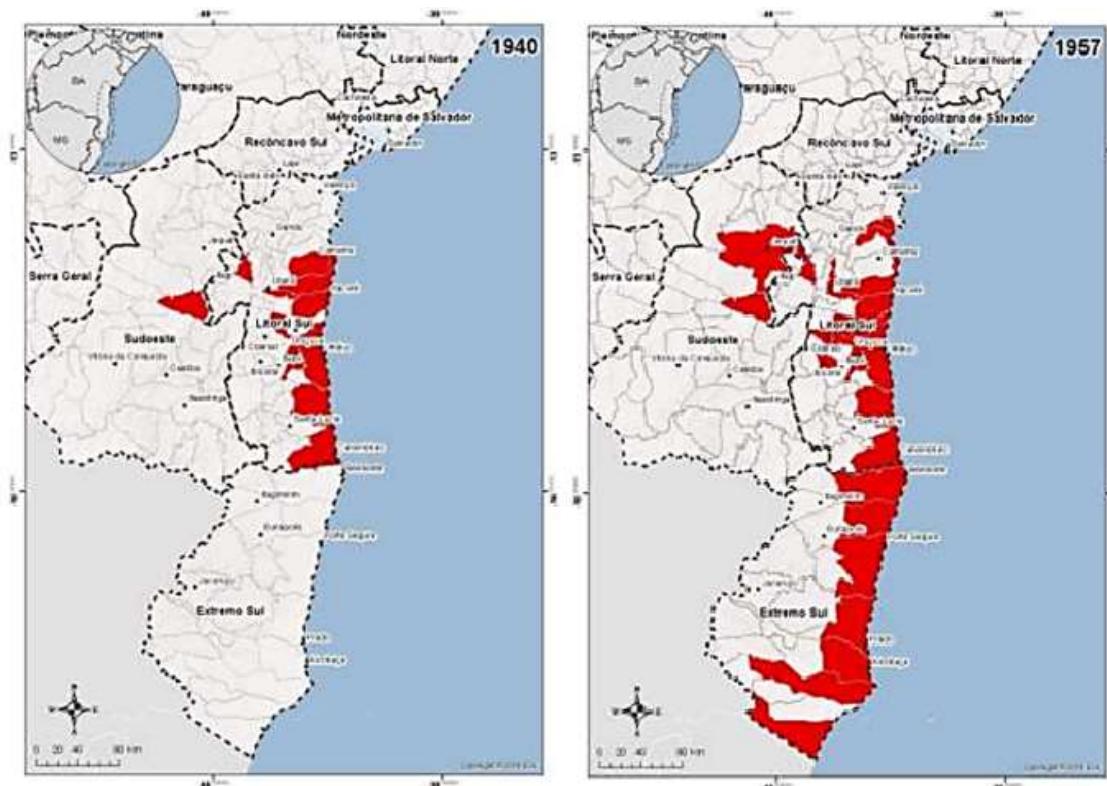
Posteriormente, foram criados o Instituto de Cacau da Bahia (ICB), em 1931, e a Comissão Executiva de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), em 1957. Ambos foram formas de intervenção do governo para gerenciar as atividades de acordos com seus interesses. Podendo ajudar em momentos de crises, bem como criar e modificar os impostos sobre a atividade cacaueira (MARINHO, 2008).

Neves (2018) considera que o ICB contribuiu com a organização e na defesa da atividade cacaueira. Sendo destacada a concessão de créditos (na modalidade hipotecária), intervenção do comércio (estabelecendo padronização dos preços) e as construções de obras públicas (como exemplo uma rede rodoviária) para auxiliar na produção e escoamento da produção cacaueira.

Vale destacar aqui que a produção cacaueira não é considerada uma atividade muito agressiva partindo do ponto de vista ambiental, na qual é produzido de forma cabruca, isto é, uma prática que permite a produção agrícola nas sombras das árvores nativas, contribuindo para preservação da Mata Atlântica, que foi muito devastada com as atividades coloniais e o desenvolvimento urbano (NEVES, 2018).

Até a década de 1940, não era possível encontrar uma produção cacaueira expressiva no Extremo Sul, como mostra o Mapa 4. Só começaram os registros de plantios a partir de 1950. Dessa forma, pode-se analisar a expansão da produção cacaueira no litoral da região do Litoral Sul e Extremo Sul em direção ao Espírito Santo, anos depois começou a ocupação da parte interiorana (NEVES, 2018).

Mapa 4- Municípios produtores de cacau. Bahia, 1940 e 1957.



Fonte: Neves, 2018.

A revolução verde começou a chegar à agricultura do Sul baiano no final da década de 1950. Neves (2018) considera o sistema de plantio do cacau em cabruca um limitador para a modernização, já que está na mata, dificultando a circulação intensiva de maquinários nesse momento. Outro fator a ser

considerado é a forma de exportação do cacau, que era feito em amêndoas, dispensando o processamento industrial para exportação. Nesse momento começaram a utilizar sementes melhoradas geneticamente e insumos químicos (NEVES, 2018).

Para estimular o desenvolvimento do cacau, podendo associar as ideias da revolução verde, foi criado pelo governo o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cacaicultura (PROCACAU) (1976 a 1985). Esse programa teve como objetivo oferecer empréstimos subsidiados, utilização de mais insumos e eventualmente aquisição de novas terras. Porém, os empréstimos eram com base no crédito externo, ou seja, eram aplicados juros elevadíssimos, colocando em risco financeiro quem se submetesse a depender desse crédito (CARDOSO, 2019).

A produção do cacau passou por várias crises, a última de 1989 até atualmente. A crise de 1989 foi severa na produção cacaueira no Sul da Bahia, onde o fungo popularmente conhecido como vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciosa*) causou queda na produção das lavouras de cacau. Gerando impactos negativos na economia dos municípios produtores que são sentido até hoje (NEVES, 2018).

Rocha (2014) destaca ainda que esse fungo causa uma espécie de inchaço na planta, superbrotação e anomalia nos frutos. O nome Vassoura-de-bruxa vem do aspecto visual da planta depois de infectada, com vários brotos, lembrando uma vassoura.

Vale destacar aqui que existem varias hipóteses sobre o surgimento da doença vassoura de bruxa, pautadas na linha de raciocínio de uma infecção accidental ou criminosa para inviabilizar a atuação da CEPLAC na região. Não pretendo investigar essas ideias aqui, entretanto é bom destacar que autores como Rocha (2014) e Neves (2018), concordam que seria impossível a propagação desse fungo por métodos naturais, pois os focos estão muitos distantes, mais de 100 quilômetros de distância entre si.

Com essa crise houve queda na produção de amêndoas e automaticamente impactou fortemente o emprego rural e, causando desempregos em massa e

diminuindo as atividades urbanas ligadas a atividade cacaueira (CARDOSO, 2019). Esse acontecimento pode criar a possibilidade ou necessidade de movimentação do espaço em busca de outras áreas, ou seja, a emigração desse local. Santos (2014) reafirma essa ideia quando considera a produção de cacau ser base da economia local, gerando desempregos não só na zona rural como na zona urbana, sendo sentidos por todos os setores e classes sociais.

Strapasolas e Spinelli (2018) contribuem com a reflexão sobre a crise, ressaltando que a produção do cacau está fortemente associada a diminuição do preço no mercado internacional. Esse acontecimento causou o enfraquecimento financeiro de muitos fazendeiros, sendo eles obrigados a vender suas terras ou cultivarem outras culturas, ganhando destaque a seringa, o café e a banana, a pecuária também foi uma saída como atividade substituta da cacaicultura. Possivelmente as pessoas que trabalhavam nessas áreas também migraram, visto a falta de postos de trabalhos.

Cardoso (2019) coloca em questão outros acontecimentos que contribuíram para uma crise da vassoura-de-bruxa, além da diminuição dos preços do cacau no mercado internacional, devemos considerar a conjuntura político-econômica mundial que gera reflexos na política interna, períodos de estiagem no regime de chuvas e a crescente oferta do cacau a partir dos plantios de outros países africanos e asiáticos. Rocha (2014) reafirma essa ideia quando considera a vassoura-de-bruxa como o “personagem central dessa crise”, mas outros fatores contribuíram, como degradação ambiental, desvalorização das terras, endividamento e um empobrecimento da população local.

A CEPLAC tentou criar várias medidas para frear ou diminuir a disseminação da vassoura-de-bruxa, entretanto, sem sucesso. Depois foi utilizado a técnica de clonagem da planta, possuindo 5 variáveis resistentes a esse fungo. Essa medida é utilizada até hoje, mesmo que não sejam acessíveis a todos os agricultores (NEVES, 2018).

A produção de cacau caiu drasticamente, causando prejuízos e desistências de alguns produtores em continuar com o plantio dessa cultura. A produção diminuiu de 400 mil toneladas em 1990, para 174 mil toneladas em 2003 (NEVES, 2018). Para Cardoso (2019) a crise na produção de cacau continua

até hoje devido a falta de tecnologias e o preço do produto, sem desconsiderar a dificuldade no plantio com a vassoura-de-bruxa.

Cardoso (2019) destaca ainda que em 1989 a crise foi tão grande que os produtores rurais estavam em uma situação de endividamento (principalmente pelo programa PROCACAU), esses donos de terras abandonaram suas propriedades e muitos trabalhadores rurais migraram para as cidades. Rocha (2014) reforça que nesse período o Brasil deixou de ser o segundo maior exportador de cacau do mundo para começar a importar, tendo em vista que as indústrias nacionais precisavam da matéria-prima do cacau para produzir.

Na Figura 2 é possível visualizar da esquerda para a direita o broto contaminado pelo fungo, o fruto contaminado por fora e por último o fruto contaminado por dentro, percebe-se que as amêndoas estão secas, assim não possui nenhuma utilidade.

Figura 2- Composição fotográfica sobre a doença da vassoura-de-bruxa: broto e fruto contaminado.



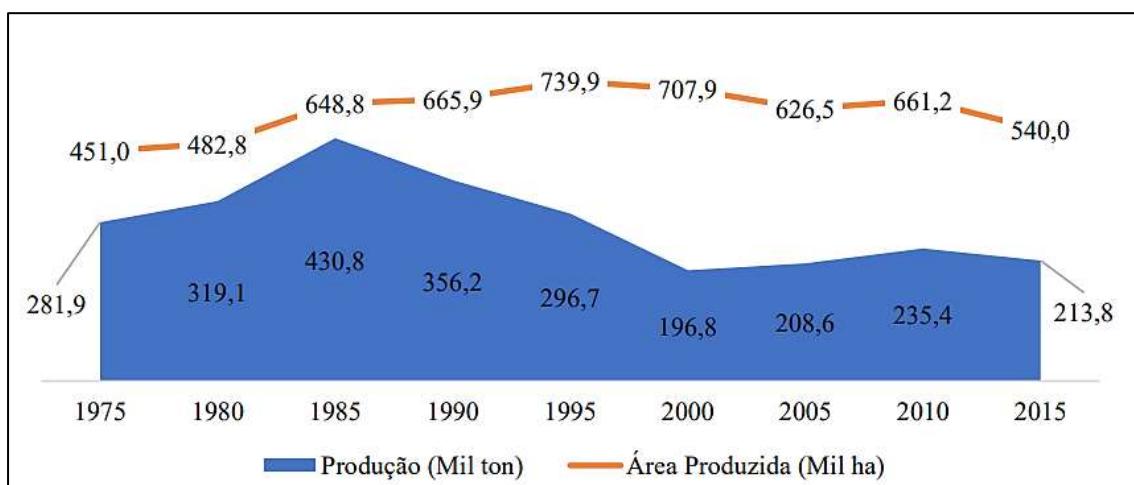
Fonte: Neves, 2018.

Infelizmente o cenário com dificuldades em produzir cacau ainda é uma realidade enfrentada por muitos produtores. Cardoso (2019) considera que a concorrência externa, falta de participação efetiva do governo em solucionar o problema, diminuição dos preços, falta de créditos, problemas com a falta de chuvas e o endividamento de produtores são alguns dos pontos a serem refletidos sobre os motivos dessa região sul-baiana permanecer em crise até os dias atuais.

Depois de todas as dificuldades na produção encontradas com o empecilho do fungo vassoura-de-bruxa, o governo lançou o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, tendo como foco disponibilizar uma linha de crédito para que os produtores tivessem acesso a tecnologia que acabassem com o fungo, infelizmente isso não foi possível, aumentando a dívida desses produtores (CARDOSO, 2019).

No Gráfico 2 podemos notar a diminuição abrupta no volume de produção do cacau entre 1990 e 2000, gerando a possibilidade de estar associado ao fungo vassoura-de-bruxa que acabou com grande parte das lavouras de cacau. A área produzida registrou uma pequena diminuição, pouco mais de 15%, enquanto a produção caiu 50% entre 1985 e 2015.

Gráfico 2- Evolução da produção de cacau e área produzida. Brasil, 1975-2015.



Fonte: Cardoso, 2019.

Na Tabela 2 são expostas as áreas com plantios de cacau na escala nacional, estadual e da Região Sul da Bahia. Permite analisar a porcentagem de áreas ocupadas com plantação de cacau no Brasil comparada com outras culturas ficava entre 0,9% a 1,4% entre 1990-2015, já no estado da Bahia nesse mesmo período ficou entre 77% a 86% e no Sul da Bahia ficou entre 87% a 89% das áreas agrícolas destinadas a cultura do cacau. Dessa maneira, podemos determinar que a maior parte das lavouras do Sul da Bahia é para produção de cacau, mesmo com todas as dificuldades já apresentadas.

Tabela 2- Área plantada com cultivo de cacau. Brasil, Bahia e Sul da Bahia, 1990-2015.

		1990	1995	2000	2005	2010	2015
Brasil	ha	668.800	740.576	707.487	675.098	662.674	704.288
	% cacau/área agrícola	1,30%	1,40%	1,40%	1,00%	1,00%	0,90%
Bahia	ha	549.435	625.488	608.299	558.964	519.990	539.750
	% cacau/área agrícola	82%	84%	86%	83%	78%	77%
Sul da Bahia	ha	479.714	558.069	539.105	489.662	453.158	467.625
	% cacau/área agrícola	87%	89%	89%	88%	87%	87%

Fonte: Cardoso, 2019.

O estado da Bahia e o do Pará são os maiores produtores de cacau do Brasil, intercalando a primeira e segunda posição entre os maiores estados produtores nos decorrer dos anos. Em 2017 a Bahia ficou responsável por 39,3% da produção brasileira de cacau e somou o volume de 83.869 toneladas desse produto, esse número foi maior no ano anterior (115.765 toneladas), essa queda está associada a estiagem que atingiu o Sul baiano. Sendo importante destacar que o Sul da Bahia concentra a maior parte da produção de cacau do estado (STRAPASOLAS; SPINELLI, 2018).

A produção cacaueira no Sul da Bahia podia ser considerada um cultivo tradicional, tendo em vista a não utilização de insumos químicos, mesmo se acreditando na possibilidade de melhora no volume de produção com a utilização química. A produção sem química era satisfatória e atendia a demanda, podendo essa justificativa a explicação para permanecer na cultura tradicional (NEVES, 2018).

Strapasolas e Spinelli (2018) contribuem com essa ideia quando retratam que de 1990 a 2010 foram implantados 113 assentamentos na região cacaueira, formadas por agricultores familiares com pequenas posses de terras. Essa produção de um cacau orgânico, sem agredir a floresta e respeitando o meio

ambiente onde está inserido. Essa atividade vai contra aos grandes latifúndios agroexportadores.

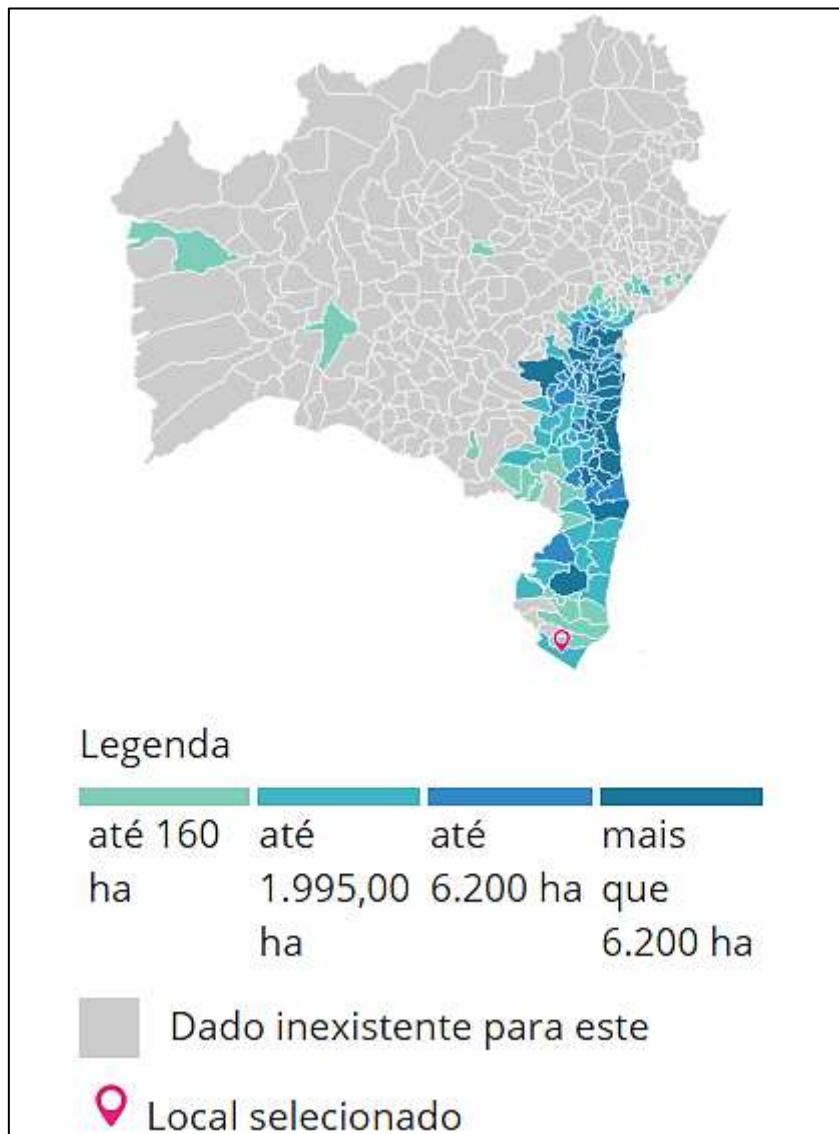
Outra forma de mão de obra que surgiu ficou conhecida como meeiros ou parceiros, essa relação não era trabalhista, de um lado existia o dono da terra e do outro o trabalhador. Após a colheita eles dividiam o lucro com o abatimento dos gastos, o problema era quando existiam problemas na produção como estiagens, pragas, queda no preço, etc. Esses acontecimentos podiam gerar a possibilidade desses meeiros buscarem oportunidades de emprego em outros locais próximos (STRAPASOLAS; SPINELLI,2018).

Buscando entender o êxodo rural provocado pela vassoura-de-bruxa no Sul da Bahia, Rocha (2014) destaca que a cidades como Ilhéus e Porto Seguro viram surgir novos bairros formados apenas por trabalhadores das lavouras de cacau. A população de Porto Seguro era de 40.153 habitantes em 1992 e aumentou para 120.479 em 2004, o autor justifica que esse crescimento está ligado a saída das pessoas do campo (fugindo da crise cacauícola) com destino a cidade (buscando oportunidades de emprego).

Para Santos (2014), essa crise cacauícola fez com que a região Sul da Bahia comesse a perder habitantes rurais para outras regiões do Brasil. Silva (2016) reafirma essa ideia quando retrata que a crise cacauícola atraiu muitos migrantes para o Espírito Santo, em especial para a RMGV.

No Mapa 5 é possível visualizar os municípios produtores de amêndoas de cacau em 2019. Com base nisso, nota-se a concentração predominante da produção atual na região Sul da Bahia. Encontramos muitos municípios com áreas destinadas a produção acima de 6.200 ha, possibilitando compreender a importância da produção cacauícola na economia dessa região até os tempos atuais.

Mapa 5- Municípios da Bahia produtores de amêndoas de cacau em 2019.



Fonte: IBGE – 2019.

2.2.2. Eucalipticultura no Extremo Sul da Bahia

A economia é um fator muito importante para compreendermos os fatores de expulsão e de atração de pessoas em diversos momentos e em diferentes lugares. Pinho (2007) destaca que o Extremo Sul da Bahia foi marcado pela política econômica de integração nacional na década de 1970, nesse sentido o setor agrícola passou a ser estimulado, principalmente nas áreas afastadas do litoral, ou seja, começou a implantação da fronteira agrícola e a modernização agroindustrial.

Leonel (2016) reforça essa ideia quando diz que já na década de 1960 ocorreram incentivos e isenções para a agroindústria nordestina, previsto pela

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O Decreto Lei nº 1.338/74 previa uma dedução de 50% do Imposto de Renda para as atividades voltadas para o reflorestamento.

Além disso, nas décadas de 1970-1980 houveram incentivos do governo baiano em desenvolver a atividade florestal voltado para as indústrias. Esses fatores incentivaram a chegada de indústrias nesse mesmo período (LEONEL, 2016).

O Extremo Sul da Bahia começou receber indústrias do ramo de eucalipto na década de 1980, mas não só pelos incentivos fiscais e de isenção, mas também pelas condições endofoclimáticas, baixo preço das terras, grande extensões de terras disponíveis para plantio, escoamento da produção pelo oceano (destaque para o porto de Ilhéus na Bahia) e mão de obra disponível, mesmo que essa mão de obra seja de migrantes de outras regiões do estado (ALMEIDA et al., 2008).

Cabe destacar que primeiro a indústria de celulose desenvolve o plantio de eucalipto, a atividade industrial começa quando é possível retirar a celulose do eucalipto (através do cozimento na indústria), as toras de madeiras são picadas em pedaços, chamadas de cavacos. A cada 20 eucaliptos é possível gerar 1 tonelada de celulose. A indústria pode produzir o papel através da celulose ou vender essa matéria-prima, depende do ramo de atuação de cada indústria (SUZANO, acesso em: 20 de mar. 2021).

Existem vários debates em relação aos malefícios que a plantação do eucalipto traz ao meio ambiente na qual está inserido. Entretanto, não é o foco desse trabalho investigar esse tópico, analisaremos os impactos na produção agrícola, pois isso pode mudar a relação econômica e do uso da terra na região Extremo Sul.

Vale destacar que a plantação agrícola e as indústrias de celulose estão interligadas, um dependendo do outro para existir a produção de papel. Os municípios de Eunápolis, Teixeira de Freitas e Mucuri contaram com as instalações de indústrias do ramo de celulose. Essa atividade utilizou mão de obra sem qualificação no início dos plantios de eucalipto, posteriormente com o início das operações industriais essa mão de obra foi dispensada e prevaleceu

a qualificada para atividades industriais. Esses trabalhadores começaram a ocupar as áreas de comércio, serviços e até mesmo nas indústrias, com áreas que exigissem menos qualificação profissional (PINHO, 2007).

Almeida et al. (2008) reforça a ideia sobre o uso das terras quando destaca que as terras da agricultura familiar ficaram comprometidas pelo avanço das áreas de plantio dos eucaliptos, alterando a ocupação e uso da terra dessa região.

Buscando entender a transformação do espaço agrário baiano, notou-se que a agricultura é uma atividade econômica de grande importância para o estado da Bahia, nas últimas décadas a eucalipticultura começou a se tornar uma realidade em paralelo com os plantios das culturas tradicionais (SILVA, 2016).

Na Tabela 3 podemos visualizar as áreas destinadas à lavoura por cada município da região Extremo Sul no período de 1985 a 2010. Pode-se perceber uma drástica queda na área total entre 1985 e 1995, entre 1995 e 2004 foi registrado um crescimento bem expressivo dessa área total, sendo que no último período analisado, 2004 e 2010 (período menor), foi registrado um aumento das áreas, porém, bem menos expressivo. Vale destacar que cada município teve seu comportamento, nem sempre seguindo a dinâmica apresentada no volume total.

Tabela 3- Área destinada à todos os tipos de lavouras por município do Extremo Sul da Bahia, 1985-2010.

Município	1985	1995	2004	2010
Alcobaça	15904	3460	7898	4499
Belmonte	21675	12793	14833	14875
Caravelas	22559	2545	14727	8476
Eunápolis		4150	11340	9389
Guaratinga	21579	11060	9255	6796
Ibirapuã	4058	1266	1308	11601
Itabela		8118	8258	8889
Itagimirim	1314	193	645	380
Itamaraju	44399	10859	25275	22665
Itanhém	7209	2312	2169	3780
Itapebi	8985	5758	4888	5001
Jucuruçu		4509	5914	4972
Lajedão	1532	555	1682	3321
Medeiros Neto	3907	597	3279	10382
Mucuri	13458	4144	10321	13373
Nova Viçosa	9632	4051	3985	4037
Porto Seguro	28137	7480	7832	8345
Prado	16441	932	17317	15607
Santa Cruz Cabrália	15350	2332	3144	3578
Teixeira de Freitas		2165	2904	2416
Vereda		2258		
Total	236139	89279	156974	162382

Fonte: Leonel, 2016.

A Tabela 4 mostra os empregos permanentes no campo da região Extremo Sul, analisando o período de 1985 a 1995 houve uma perda de 11.335 postos de trabalhos. Comparando com a Tabela 4, podemos observar que as áreas destinadas às lavouras registraram uma diminuição drástica nesse mesmo período, em 1995 tinha menos da metade das áreas de lavouras registradas em 1985, isso pode estar diretamente relacionado aos empregos permanentes no campo, ou seja, sem plantações a mão de obra é dispensada.

Tabela 4- Empregos permanentes no campo na Região Extremo Sul.

Ano	1985	1995	Saldo
Empregos permanentes no campo	20.249	8.914	-11.335

Fonte: Almeida et al., 2008.

Com a diminuição das atividades agrícolas, a silvicultura foi a única que registrou crescimento. Um dos possíveis impactos do crescimento da silvicultura é a redução da produção de culturas alimentícias. Na Tabela 5 podemos visualizar o crescimento das áreas plantadas de eucaliptos na região Extremo Sul.

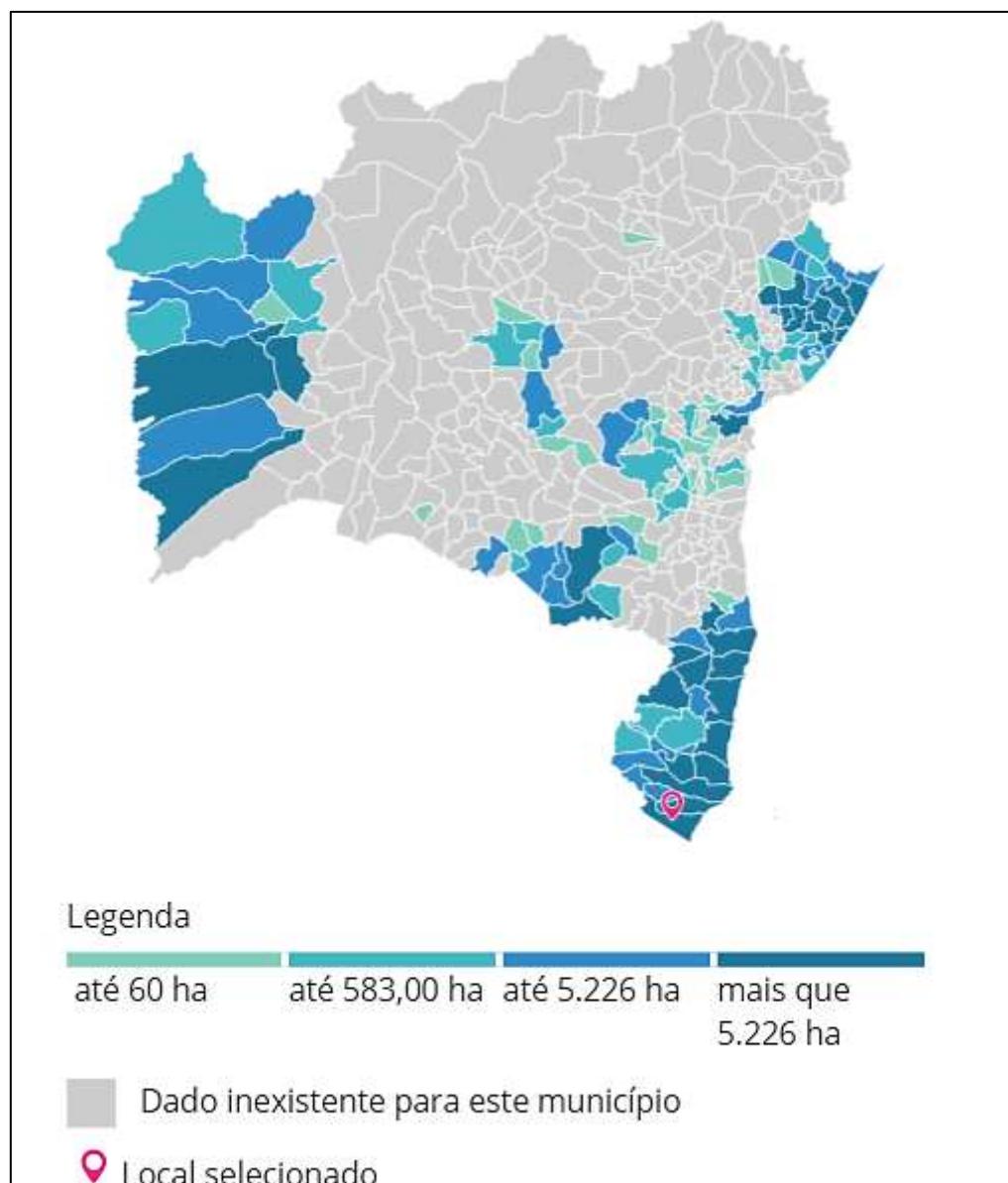
Tabela 5- Área em hectares de florestas plantadas de eucalipto. Bahia, 1980-2006.

Município	1980	1985	1995	2006
Alcobaça	592	10975	17647	26194
Belmonte	233	266	554	14189
Caravelas	14275	18079	17658	52922
Eunápolis			19	21780
Guaratinga		35	156	11306
Ibirapuã		15	1389	1750
Itabela			148	5972
Itagimirim		10	106	157
Itamaraju	5	215	514	1537
Itanhém		59	363	442
Itapebi		20	267	307
Jucuruçu			148	1567
Lajedão	12	26	2	2633
Medeiros Neto		19	1466	2302
Mucuri	4507	10657	29569	58652
Nova Viçosa	9870	12837	11835	30422
Porto Seguro	65	110	567	18985
Prado	1181	1255	1277	1316
Santa Cruz Cabrália	24	72	818	23654
Teixeira de Freitas			667	8478
Vereda				36
Total	30764	54650	85170	284601

Fonte: Leonel, 2016.

No mapa 6 é destacado os municípios da Bahia que produzem eucalipto, podemos notar uma concentração na região econômica Oeste, Litoral Norte e Extremo Sul. Mais da metade dos municípios do Extremo Sul registram área de plantio de eucalipto acima de 5.226 ha, reforçando a importância dessa cultura no uso do solo da região. Dessa maneira, pode-se pensar na eucalipticultura como atividade com grandes possibilidades de interferência na dinâmica socioeconômica dessa região.

Mapa 6- Municípios da Bahia produtores de eucalipto em 2019.

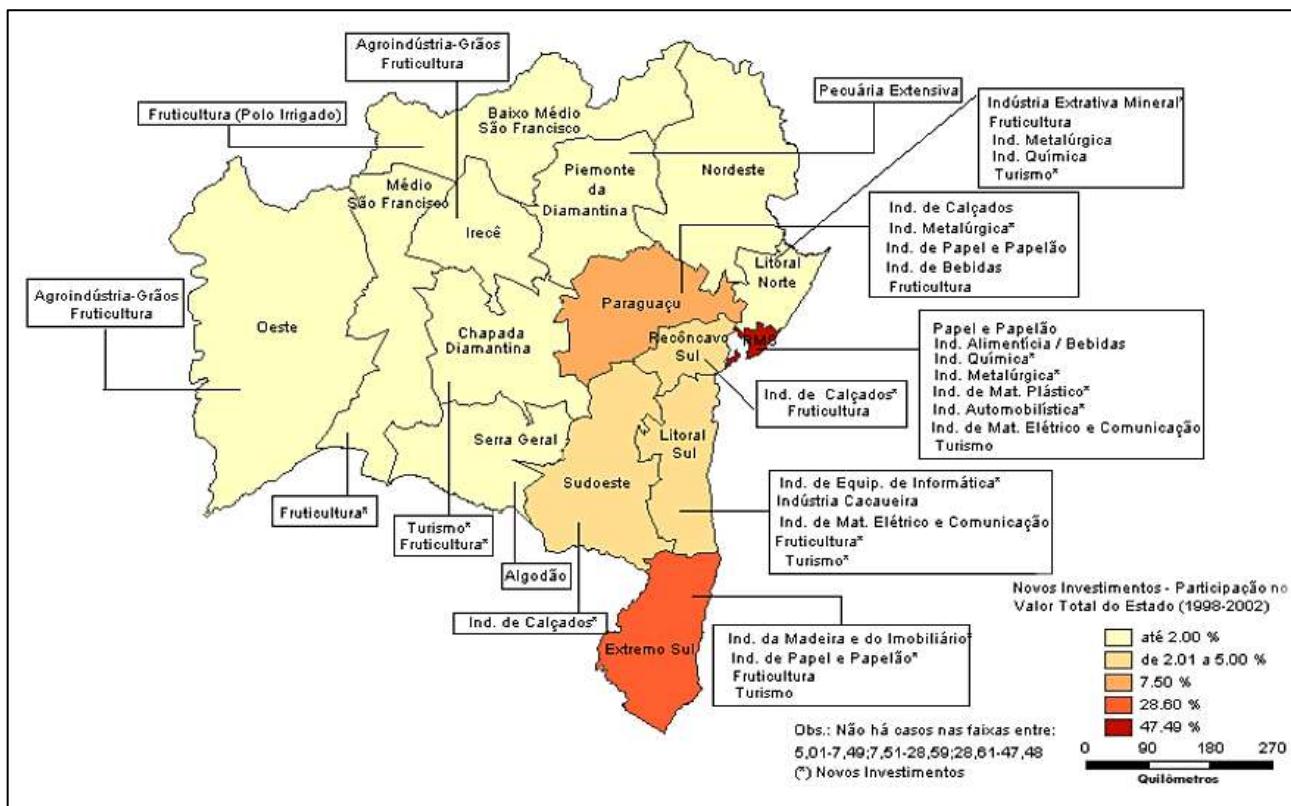


Fonte: IBGE – 2019.

A crítica feita a essa monocultura é que não beneficia diretamente a população economicamente ativa, em especial da zona rural do Extremo Sul da Bahia, tendo em vista que não contempla todos os trabalhadores rurais. O eucalipto ocupa áreas que poderiam ser utilizadas para o plantio de outras culturas tradicionais da região, gerando desemprego na zona rural. Vale destacar também que, segundo Souza (2016) a revolução verde prometia acabar com a fome, mas a monocultura do eucalipto está longe desse objetivo, sendo que se trata da extração de celulose, portanto é basicamente a matéria prima para confecção de papel e não de alimentos.

Na Figura 3 podemos observar que o Extremo Sul se destacava pela atividades econômicas de indústria madeireira (eucalipto em sua maioria), indústria de papel (com a celulose do eucalipto), fruticultura e turismo. Existindo a possibilidade de outros trabalhos explicarem a importância e a influência dessas duas últimas atividades econômicas para a região Extremo Sul.

Figura 3- Principais atividades econômicas e novos investimentos por Regiões Econômicas da Bahia – 1999.



Fonte: SEADE, 2000.

Diante do exposto, pode-se concluir que o fungo Vassoura-de-Bruxa impactou a produção de cacau com uma crise severa e assim gerou mudanças significativas para as relações de plantio nessa área, consequentemente causando uma instabilidade para os produtores locais. A retomada da produção demorou mais de uma década para acontecer, a ainda assim foi em um ritmo mais lento, os trabalhadores rurais, proprietários de terras ou não, precisaram buscar oportunidade de empregos em outros locais, nesse momento o Espírito Santo figurou como local de atração, principalmente pelo seu desenvolvimento econômico e sua proximidade.

Em relação a eucalipticultura nota-se uma transformação mais intensa no uso dos solos, tendo em vista que essa atividade monocultora não permitiu que os trabalhadores rurais desenvolvessem outra cultura. Esses agricultores venderam suas terras e assim buscaram oportunidades de empregos em outros locais. Nesse momento os trabalhadores rurais e proprietários de terras buscaram oportunidades nos municípios próximos como também para o estado do Espírito Santo, pelos mesmos motivos citados anteriormente. Vale lembrar que nas áreas de eucalipticultura não houve retomada da produção de outras culturas, o eucalipto é replantado ou o solo se torna impróprio para o plantio convencional.

3. OS BAIANOS NO ESPÍRITO SANTO

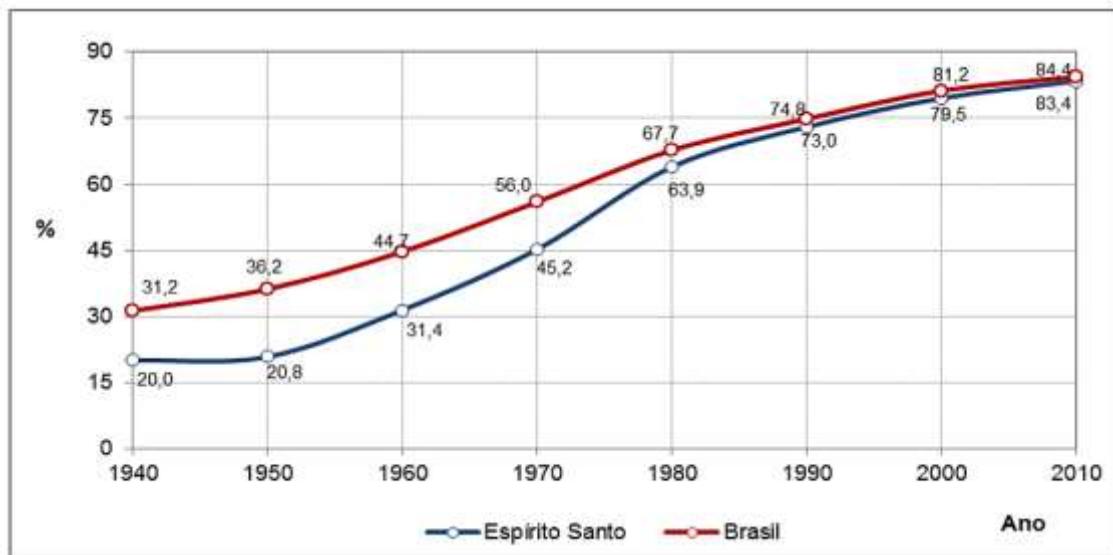
3.1. IMIGRAÇÃO BAIANA PARA O ESPÍRITO SANTO NOS CENSOS DE 2000, 2010 E ALGUMAS ESTIMATIVAS DE 2020.

O Brasil registrou predominância urbana na década de 1960 e no Espírito Santo durante a década de 1970. A população capixaba presenciou no decorrer da sua formação urbana uma distribuição centrada na Região Metropolitana da Grande Vitória (CASTIGLIONI, 2019).

Rodrigues e Cruz (2011) complementam que a capital Vitória foi a primeira a receber um acelerado crescimento urbano. Devido a isso, gerou-se favelas ocupando os morros, construindo assim a paisagem urbana do município.

No Gráfico 3 podemos visualizar a evolução da população urbana do Brasil e do Espírito Santo no período entre 1940 e 2010. No último ano de análise, 2010, notamos que a média de urbanização capixaba (83,4%) ficou muito próxima a média nacional (84,4%). Cabe considerar aqui, que proporcionalmente essa porcentagem representa valores distintos e com grande diferença entre eles, já que a análise foi feita entre um país e um estado.

Gráfico 3- Evolução da proporção de população urbana do Brasil e do Espírito Santo. 1940-2010.



Fonte: Castiglioni, 2019.

Inicialmente, ocorreu a política do Governo Federal nas erradicações dos cafezais na década de 1960, esse processo intensificou o êxodo rural no Espírito Santo, ou seja, foi um acontecimento de expulsão de grande parte da população rural. Esse marco causou grande impacto econômico, tendo em vista a economia pautada na agroexportação, como uma característica do país (DOTA; DADALTO, 2021).

Posteriormente a essa erradicação aconteceu o surgimento de grandes indústrias que atraíram fluxos migratórios do êxodo rural e interestadual de vários estados brasileiros, dando destaque para a região Sudeste. A Aracruz Celulose atraiu 14 mil trabalhadores e a Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) 40 mil, a princípio sem mão de obra qualificada. Essas pessoas podiam ser capixabas ou de outros estados, como da Bahia, mesmo que o fluxo maior fosse o de Minas Gerais (RODRIGUES; CRUZ, 2011).

Para Castiglioni (2019) o processo de urbanização foi mais intenso nas cidades mais antigas do estado, destacando aqui Vitória, Vila Velha e Cariacica, que estão na RMGV, essas cidades apresentam níveis de urbanização acima de 98% a parti da década de 1970.

A Tabela 6 mostra que atualmente os municípios com maior volume populacional da RMGV ainda são as três cidades mais antigas citadas e a cidade de Serra que ganhou destaque e significativo crescimento nas últimas décadas.

A população do município da Serra que registrou maior crescimento, partindo de 17.286 pessoas em 1970 para 527.240 na estimativa de 2020. Essa informação é muito importante para relacionarmos com o município de Serra, tendo em vista concentrar a maior quantidade de migrantes baianos do estado, de acordo com o Censo de 2010. Logo, pode-se concluir que esses migrantes contribuíram para o crescimento da população serrana.

Tabela 6- População do Espírito Santo e dos quatro maiores municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, 1970-2010.

	1970	1980	1990	2000	2010	2020/ Estimativa
Cariacica	99.500	125.752	274.357	324.285	348.738	383.917
Serra	17.286	82.581	222.158	321.181	409.267	527.240
Vila Velha	120.193	203.000	264.617	345.965	414.586	501.325
Vitória	132.097	207.736	258.777	292.304	327.801	365.855
Total	369.076	619.069	1.019.909	1.283.735	1.500.392	1.778.337
Espírito Santo	1.599.333	2.023.338	2.600.618	3.097.498	3.514.952	4.064.052

Fonte: IBGE

Considerando que o Espírito Santo atualmente possui uma alta taxa de urbanização e as cidades mais populosas estão na RMGV, pretende-se analisar nesse trabalho o volume e a distribuição dos imigrantes baianos em território capixaba levando em consideração as características do Estado. Os imigrantes originários da Bahia registraram um aumento no período 1980-2010 nos municípios da RMGV (SILVA, 2016).

Nessa linha de raciocínio, destaca-se, com base no Censo de 2010, que a população baiana no Espírito Santo era de 155.407, estando concentrando na RMGV um percentual de 62,7%, isso representa o volume de 97.440. A partir daí, pode-se inferir que a RMGV é o principal destino dos imigrantes baianos no Espírito Santo.

Existem vários movimentos migratórios, alguns com maior distância entre o local de partida e o local de chega, outros com uma distância mais curta, ou seja, não quer dizer que os demais estados não possam receber imigrantes baianos, porém os números são maiores nos estados limítrofes como é o caso Espírito Santo e Minas Gerais.

Destaca-se também as atividades econômicas de cacau e eucalipto que estão no Sul baiano que passaram por crises e mudanças no uso dos solos, essa área é próxima as terras capixabas, logo se conclui que essa proximidade contribui para o movimento entre os dois estados. Por outro lado, considera-se as atividades econômicas do Espírito Santo sem força suficiente para atrair imigrantes de outras unidades federativas, ou pelo menos, com uma intensidade menor, como visualizado no fluxo de migrantes baianos.

A Tabela 7 permite analisar a evolução dos habitantes não naturais no Espírito Santo, podendo constatar que esse número só cresceu entre 1970 a 2010. Em porcentagem houve uma redução nos dois últimos Censos, que em 2000 representava 19,00% caindo para 18,56%, mesmo que o volume total tenha sido maior em 2010.

Tabela 7- Pessoas não naturais do Espírito Santo segundo os principais estados de nascimento 1970 a 2010.

Ano	Pessoas não naturais do ES	Pessoas não naturais do ES (%)	Estado de nascimento das pessoas não naturais do ES					
			Minas Gerais (%)		Bahia (%)		Rio de Janeiro (%)	
			sobre ES	sobre Não Naturais	Sobre ES	sobre Não Naturais	sobre ES	sobre Não Naturais
1970	225.699	14,14	9,46	66,89	2,21	15,64	1,41	10,00
1980	332.151	16,45	10,16	61,76	2,26	13,74	2,33	14,18
1991	463.457	17,84	9,80	54,92	2,87	16,06	2,76	15,49
2000	587.852	19,00	9,28	48,82	3,96	20,86	2,98	15,70
2010	648.520	18,56	8,21	44,24	4,45	23,96	2,81	15,15

Fonte: Castiglioni, 2019.

Destacando a Bahia, pode-se constatar com base na Tabela 7 que no período de 1970 a 2010 o crescimento foi constante, representando 3,96% da população capixaba no Censo de 2000 e 4,45% da população capixaba no Censo de 2010. Entre os grupos mais expressivos de migrantes no Espírito Santo, destacaram-se Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, reforçando a ideia de migração limítrofe. Desses estados, a Bahia estabeleceu-se em segundo lugar na participação do volume total de imigrantes, com volume de 20,86% em 2000 e 23,96% em 2010.

Além disso, observou-se que a população rural diminuiu muito na Bahia, consequência normal do processo de urbanização, entretanto, Almeida et al. (2008) destacam que entre o período de 1980 a 2000 a população rural diminuiu em 51% (259.631 para 124.833), coincidindo com o período de avanço da silvicultura na região.

Pode-se relacionar a perda dos postos de trabalhos no Sul baiano com o volume de imigrantes baianos registrados no Espírito Santo no Censo de 2000 (31.758), tendo em vista que outros estados também foram receptores deles, destacando Minas Gerais que também é um estado fronteiriço da região Sul baiano.

Para contribuir com esse raciocínio, nota-se uma continuidade no volume de imigrantes baianos no Espírito Santo no Censo de 2010 (39.522), quando comparamos com o Censo de 2000 (Tabela 8). Relacionamos aqui a retomada da produção de cacau no início dos anos 2000, gerando mais postos de trabalhos e mantendo as pessoas nessas zonas rurais, mesmo que não suficiente para frear a emigração. Vale destacar também, que se disseminaram entre a década de 1990 e os anos 2000 os assentamentos de agricultura familiar e o trabalho na modalidade de meeiros voltados para a produção de cacau (NEVES, 2018).

Os assentamentos rurais são políticas públicas que visão garantir que trabalhadores continuem no campo, sejam eles trabalhadores com terras ou sem terras, esse ato pode contribuir para frear o êxodo rural, diminuindo também a emigração provocada pela falta de postos de trabalho (STRAPASOLAS; SPINELLI, 2018). No caso da Região Sul da Bahia, os assentamentos são muito importantes para a produção de cacau que permite o plantio nas sombras das árvores de Mata Atlântica, evitando o desmatamento para esse plantio. Vale destacar que a eucalipticultura não permite assentamentos pela produção ser baseada em monocultura destinada a empresa Suzano.

Logo pode-se inferir que as mudanças nos usos do solo no Sul da Bahia pela eucalipticultura e a crise na produção de cacau provocaram uma emigração em massa, sendo registrado no Censo de 2000. A retomada do crescimento da produção de cacau nos anos 2000 serviu como forma da população continuar suas atividades agrícolas na zona rural, mas não foi definitivo para diminuir a perda, sendo registrada continuidade no fluxo migratório para o Espírito Santo, segundo o Censo de 2010.

A tabela 8 permite analisar os principais municípios da região Sul baiano, que perderam habitantes para o estado do Espírito Santo, ou seja, os emigrantes dessa região nos Censos de 2000 e 2010. Nota-se que 9 dos 14 municípios selecionados registraram continuidade no fluxo migratório para o Espírito Santo entre 2000 e 2010, outros 5 municípios registraram um decréscimo nesse mesmo período.

A totalidade de imigrantes dos municípios selecionados representam 63,12% do total de baianos no Espírito Santo em 2000 e 56,90% em 2010, destacando uma queda na participação total, porém sendo responsáveis por mais da metade dos imigrantes baianos nos dois Censos.

Pode-se inferir que os municípios da tabela 8 são grandes responsáveis pela migração baiana no Espírito Santo, esses municípios estão na região produtora de cacau e eucalipto. A continuidade do fluxo migratório e sua grande participação no volume total de migrantes está associado a mudança no uso dos solos nessa região, como também as crises na produção de cacau, são fatores que contribuíram para gerar uma região de expulsão na Bahia. Vale destacar que os 14 municípios selecionados estão na região Sul baiano que é composta por 70 municípios.

Tabela 8- Pessoas não naturais do Espírito Santo com origem de residência nos municípios selecionados da região Sul baiano, Censos de 2000 e 2010.

MUNICÍPIO	2000	2010	Acréscimo/decréscimo em %
Camacan	1.249	1.242	-0,56%
Eunápolis	1.191	1.845	54,91%
Ilhéus	2.215	2.066	-6,72%
Itabuna	2.279	2.304	1,09%
Itamaraju	3.269	3.957	21,04%
Medeiros Neto	664	407	-38,70%
Mucuri	1.508	1.721	14,12%
Nova Viçosa	823	1.083	31,59%

Pau Brasil	544	355	-34,74%
Porto Seguro	972	2.115	117,59%
Prado	852	854	0,23%
Teixeira de Freitas	3.822	3.845	0,60%
Una	247	356	44,12%
Uruçuca	403	339	-15,88%
Total	20.038	22.489	12,23

Fonte: IBGE 2000 e 2010.

3.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA MIGRAÇÃO BAIANA NO ESPÍRITO SANTO

Nessa seção busca-se entender o Espírito Santo como área receptora de migrantes. Com base na Tabela 9 sobre imigrantes baianos nos estados da Região Sudeste, pode-se analisar que o Espírito Santo era o terceiro estado dessa região a receber pessoas vindas da Bahia no Censo de 2000, somando um valor próximo ao Rio de Janeiro (na última posição) e Minas Gerais (na segunda posição). São Paulo é o estado com maior concentração de imigrantes baianos, mesmo somando toda quantidade de baianos nos outros estados da Região Sudeste, São Paulo consegue ter mais que o dobro do volume total.

No Censo de 2010, percebemos que o Espírito Santo é o estado que mais atrai imigrantes baianos, depois do estado de São Paulo. Porém, essa comparação torna-se inviável, pois proporcionalmente, o Espírito Santo recebe um número maior de imigrantes, mas ao falar de volume, o estado de São Paulo apresenta maior quantidade. Dessa forma, desconsideramos o estado paulista nesse tipo de análise.

Deve-se considerar o crescimento percentual em relação aos estados da Região Sudeste nos dois períodos analisados, sendo o Espírito Santo a registrar o maior crescimento percentual em relação aos demais estados (24,5%). Considera-se então o fluxo migratório baiano contínuo para o estado capixaba, perdendo força para Minas Gerais e diminuindo para o Rio de Janeiro e São Paulo.

O fato do número de imigrantes baianos no Espírito Santo ter aumentado e o estado se estabelecido no Censo de 2010 como o maior receptor de imigrantes comparado aos demais estados (com exceção de São Paulo), está relacionado às atividades na produção de cacau e eucalipto como elementos de expulsão e dessa forma, contribuindo para o aumento do volume de imigrantes no Espírito Santo. Por outro lado, temos o Espírito Santo como atração, considera-se que a dinâmica econômica positiva do estado durante a década de 2000 contribuiu para estimular e aumentar esse fluxo migratório. Logo, pode-se concluir que a relação expulsão e atração é de grande importância para a relação migratória entre os dois estados.

Tabela 9- Imigrantes baianos de data fixa (1995-2000 e 2005-2010) nos estados da Região Sudeste.

ESTADOS	1995- 2000	2005- 2010	Diferença em %	Imigrante por 1000 hab. Naturais – 2000	Imigrante por 1000 hab. Naturais – 2010
Espírito Santo	31.743	39.523	24,5%	10,25	11,24
Minas Gerais	36.772	38.101	3,6%	2,05	1,94
Rio de Janeiro	29.035	27.031	-6,9%	2,02	1,69
São Paulo	277.306	215.005	-22.47%	7,49	5,21

Fonte: IBGE – Censos 2000 e 2010.

Sendo assim, é possível analisar no Mapa 7 a distribuição dos migrantes baianos nos dados do Censo de 2000. Consegue-se notar a formação de um “corredor de municípios” que ligam a divisa da Bahia até a RMGV pelo litoral capixaba, e a partir dela uma diminuição do volume dos baianos nos municípios que ligam a RMGV até o Rio de Janeiro, que faz divisa ao Sul.

A distribuição apresentada no Mapa 7 permite explorar a ideia da concentração baiana nos municípios que interligam o Sul baiano com a RMGV, sendo o Sul da Bahia a área de expulsão e o Espírito Santo a área de atração, com destaque para a RMGV por ter a maior concentração desses migrantes.

Com base no Mapa 7 consegue-se analisar o que mudou nos dados do Censo de 2010 em relação ao de 2000. Vemos que o “corredor de municípios” ficou mais expressivo no último Censo e com quantidades diferentes entre esses municípios, e a RMGV continuou sendo o local de concentração de imigrantes baianos.

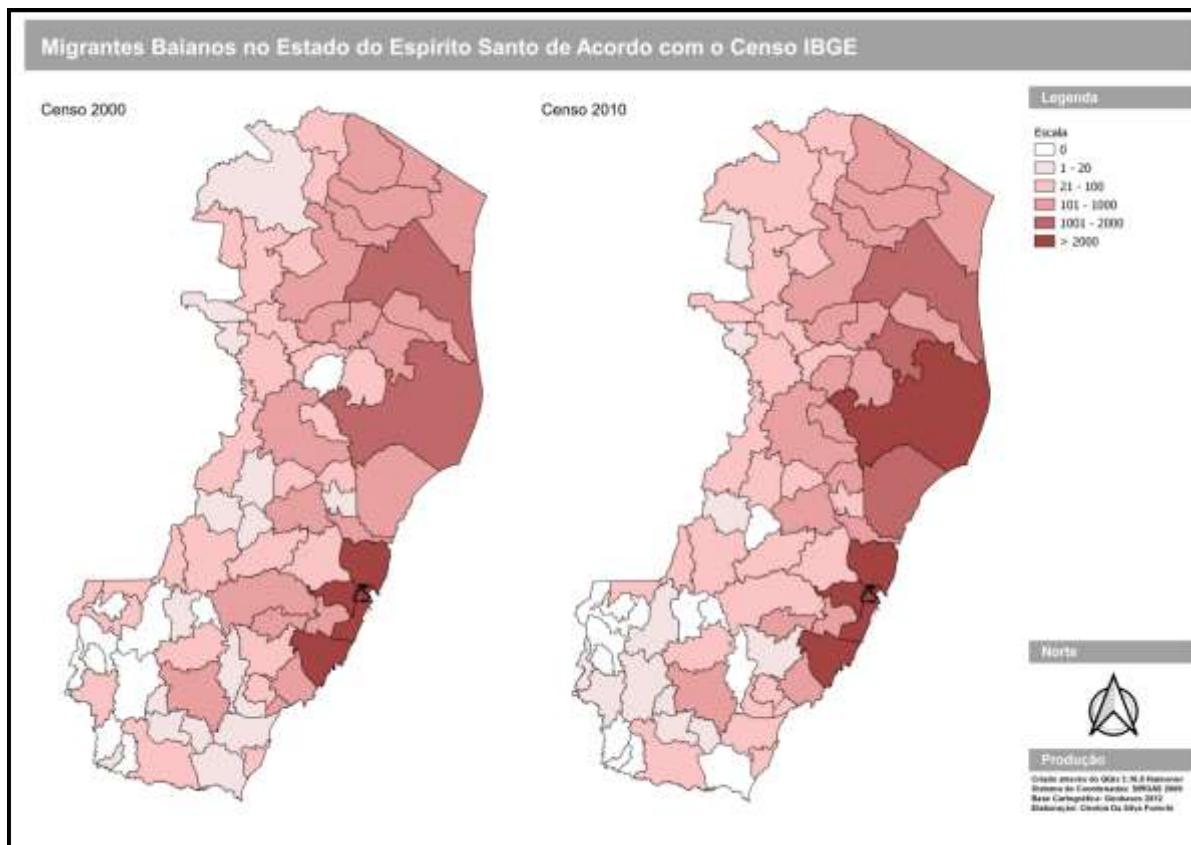
Castiglioni (2019) destaca a RMGV como a primeira região a se urbanizar e consequentemente ter o maior dinamismo migratório, essa pode ser uma evidência para entender a permanência dos imigrantes nessa região. Silva (2016) traz um estudo de caso destacando uma área no bairro Jesus de Nazaré, no capital Vitória, conhecido como “Vila dos Baianos”, com origem no distrito de Pimenta, no município de Macote, na Bahia. Isso reforça a ligação da região Sul baiana com a RMGV destacada no Mapa 7, permanecendo como local preferido de destino dos imigrantes baianos.

A fim de facilitar a comparação da distribuição de imigrantes baianos no Espírito Santo entre os Censos de 2000 e 2010, vamos considerar os municípios com menos de 10 imigrantes baianos e os que não registram esses imigrantes.

De acordo com o Censo de 2000, a distribuição total entre os 78 municípios capixabas é irregular. Destaca-se municípios com poucos baianos comparados as demais localidades, ficando inferior a 10 pessoas, nessa condição estão os municípios: Alto Rio Novo (6), Bom Jesus do Norte (8), Itapemirim (8), Laranja da Terra (4), Mantenópolis (5) e Rio Novo do Sul (4).

Nesse mesmo Censo existem municípios que não registraram imigrantes baianos, como: Alegre, Apiacá, Dores do Rio Preto, Divino São Lourenço, Ibitirama, Irupi, Muniz Freire, São José do Calçado e Venda Nova do Imigrante.

Mapa 7- Distribuição dos imigrantes baianos (1995-2000 e 2005-2010) nos municípios do Espírito Santo.



Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010.

Em contra partida, com base no Censo de 2010, o número de pessoas em municípios capixabas que residiam na Bahia registraram aumento (acima de 10 habitantes) e outros diminuíram (ficaram abaixo de 10 habitantes), e em um município ficou sem imigrantes, e em outras continuaram sem registros como no Censo anterior. O município que perdeu imigrantes e não registrou imigrantes no último Censo, foi Bom Jesus do Norte.

Os municípios que continuaram sem registro de moradores baianos no Censo de 2010, foram: Apiacá, Conceição do Castelo, Divino São Lourenço, Ibitirama, Irupi, Itarana, Iúna, Presidente Kennedy, São José do Calçado, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante.

Em relação aos municípios que possuem menos de 10 habitantes que moravam na Bahia no Censo de 2010, destacam-se: Água Doce do Norte (5), Alto Rio

Novo (8), Atílio Vivácqua (4), Dores do Rio Preto (3), Guaçuí (7), Jerônimo Monteiro (7), Laranja da Terra (4) e Muqui (5).

Compara-se então os Censos de 2000 com o de 2010, sendo que os municípios de Alto Rio Novo e Dores do Rio Preto continuaram com um volume inexpressivo, esse último municípios não tinha registrado de imigrantes no Censo de 2000 e ganhou 3 imigrantes no último Censo. Laranja da Terra continuou com o mesmo volume de imigrantes, os demais municípios listados tinham registros de moradores baianos acima de 10 habitantes no Censo de 2000.

Pode-se concluir que, com exceção de Bom Jesus do Norte, os demais municípios que possuem um volume inexpressivo de habitantes baianos aumentaram ou passaram a registrar imigrantes em seu território, mesmo que bem inexpressivo é um sinal de crescimento, podendo ser uma tendência de crescimento para o próximo Censo Demográfico.

Na Tabela 10 pode-se visualizar que o município de Linhares tornou-se uma nova área de recepção de imigrantes baianos, ganhando um volume de 3.668 pessoas no Censo de 2010, um acréscimo de 167,15% comparado ao Censo de 2000. Isso faz com que Linhares fique equivalente a alguns municípios da RMGV em quantidade de imigrantes nesse período.

Na Tabela 10 visualiza-se também outros municípios que registraram um crescimento e continuidade bem relevante na quantidade de imigrantes que residiram na Bahia no Censo de 2010, sendo Aracruz (acréscimo de 131,56%), São Mateus (acréscimo de 35,46%), e Sooretama (acréscimo de 106,12%). Esses municípios são considerados destaques por terem um volume superior aos demais em 2010, sem considerar os municípios da RMGV que possuem maior volume nos dois Censos.

Tabela 10- Pessoas não naturais do Espírito Santo com origem da Bahia nos municípios capixabas selecionados, Censos de 2000 e 2010.

Municípios em destaque	Censo 2000	Censo 2010	Acréscimo em %
Aracruz	510	1.181	131,56%
Linhares	1373	3.668	167,15%

São Mateus	1.393	1.887	35,46%
Sooretama	686	1.414	106,12%

Fonte: IBGE.

Destaca-se aqui os municípios da RMGV com maior volume de recepção de migrantes baianos no Censo de 2000. Ganhando destaque o município da Serra com 7.699 migrantes baianos, e o município com menor quantidade foi Fundão, com 108 imigrantes baianos.

Na Tabela 11, podemos visualizar a quantidade de pessoas não naturais do Espírito Santo com origem de residência na Bahia, com base nos Censos de 2000 e 2010. Com exceção de Guarapari, todos os municípios tiveram acréscimo no fluxo migratório da Bahia para o Espírito Santo, no Censo de 2010. Sendo assim, houve uma continuidade considerável na força do fluxo migratório da Bahia para a RMGV, destacando que é o maior estado da região Sudeste em proporção no volume de imigrantes baianos.

A crise na produção de cacau não foi o único responsável pela perda da população nos anos 2000, pois o fluxo continuou a crescer em 2010, ou seja, a retomada na produção de cacau na região Sul baiano contribuiu para a permanência de habitantes no trabalho do campo, mas não diminuiu a migração para o Espírito Santo. Logo conclui-se que a continuidade do fluxo migratório também está ligado ao equilíbrio entre a oferta e demanda, tanto na área de expulsão quanto na área de atração. Deste modo, o surgimento de uma crise econômica poderá interferir no fluxo migratório, diminuindo ou aumentando a quantidade de pessoas se movimentando, dependendo das particularidades de cada local de análise.

O município que registrou maior redução em porcentagem foi Guarapari (-26,04%) e o menor acréscimo em porcentagem foi Cariacica (0,08%), o maior em porcentagem foi Fundão (112,96%), isso não significa que o volume tenha sido o maior ou menor e sim a proporção entre 2000 e 2010. Em relação ao volume de migrante baianos no Espírito Santo no Censo de 2010, a Serra (9.637) teve o maior quantitativo e Fundão (230) o menor.

Tabela 11- Pessoas não naturais do Espírito Santo com origem da Bahia nos municípios da RMGV, Censos de 2000 e 2010.

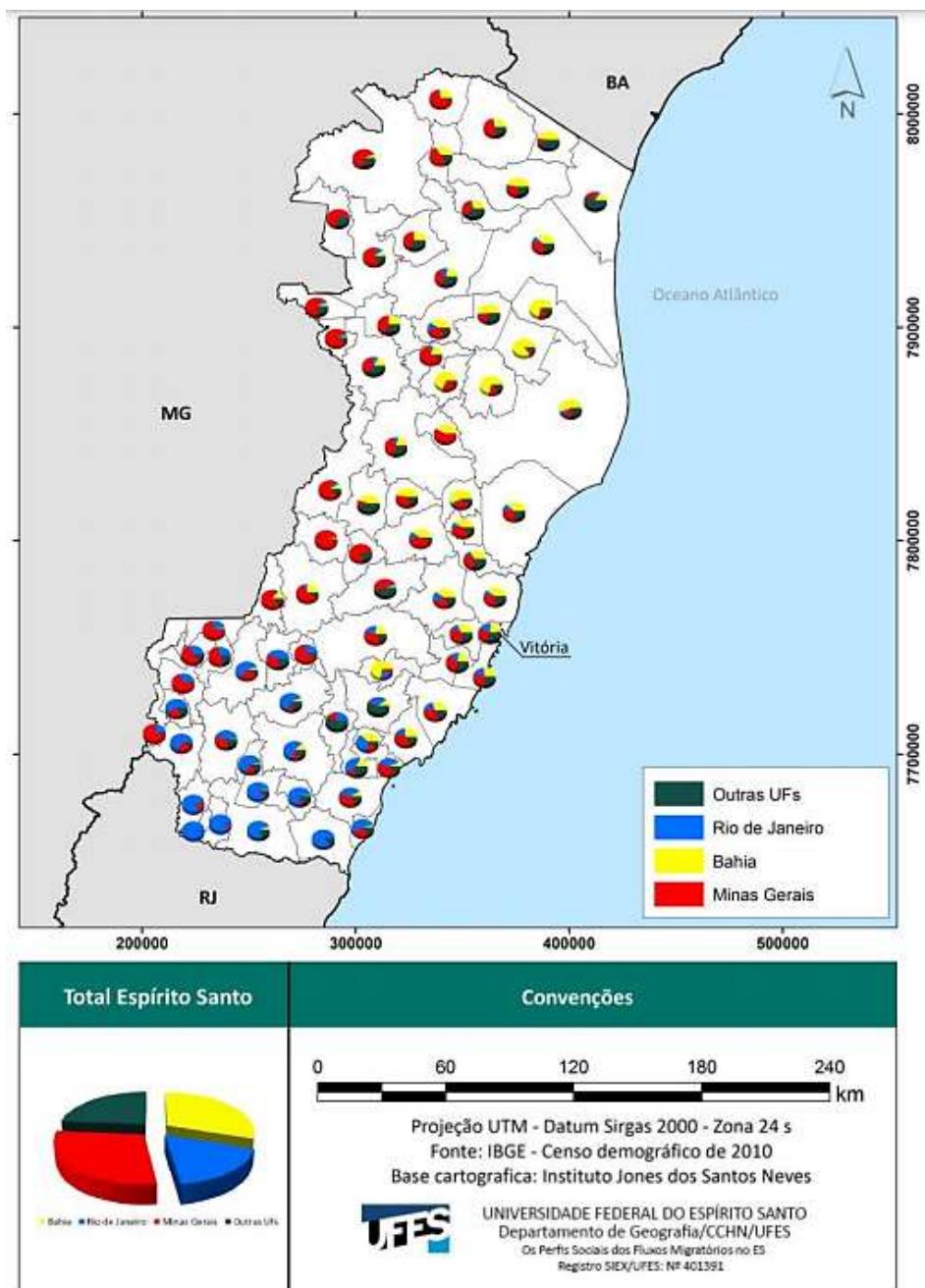
Municípios da RMGV	Censo 2000	Censo 2010	Acréscimo/decréscimo em %
Cariacica	2.492	2.494	0,08%
Fundão	108	230	112,96%
Guarapari	3.114	2.303	-26,04%
Serra	7.699	9.637	25,17%
Viana	310	373	20,32%
Vila Velha	5.824	5.927	1,76%
Vitória	2.563	3.189	24,42%

Fonte: IBGE.

No Mapa 8, visualiza-se os imigrantes interestaduais da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro no estado do Espírito Santo, no período de 2005 a 2010. Quanto a distribuição desses imigrantes no Espírito Santo, pode-se perceber que estão concentrados em locais limítrofes, os mineiros estão próximos a divisa ao Oeste, os cariocas estão próximos a divisa ao Sul. Com destaque para os baianos que estão na divisa ao Norte, esses se distribuem entre os municípios da divisa até a RMGV.

Com base no Censo de 2010, pode-se afirmar que os migrantes baianos eram 4,4% do total da população do Espírito Santo. Em relação aos que nasceram em outra unidade federativa e residem no Espírito Santo, os baianos representavam 23,4% nesse Censo.

Mapa 8- Proporção de imigrantes interestaduais segundo a UF de destino, 2005-2010.



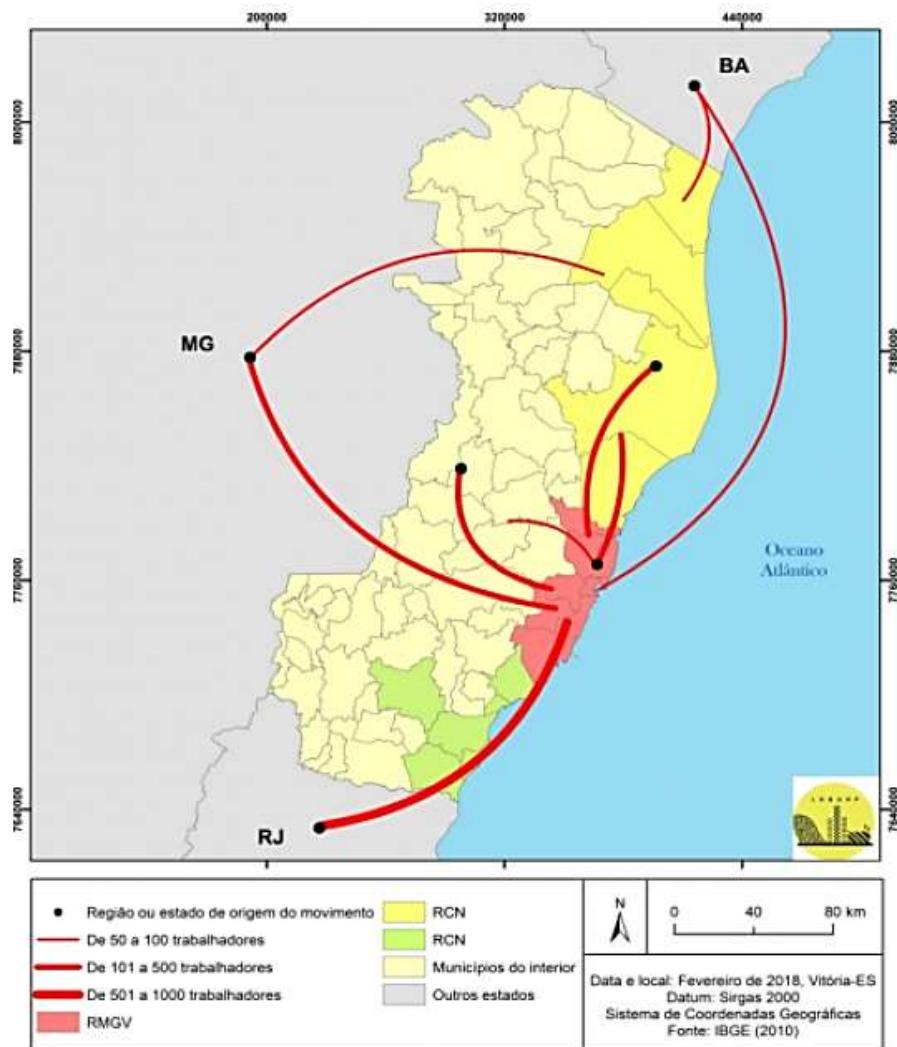
Fonte: Dotta, Coelho e Camargo (2017)

O surgimento da atividade econômica petrolífera, também contribuiu para o movimento migratório da Bahia para o Espírito Santo. A bacia de Campos (extração de petróleo na camada do Pré-sal) abrange o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, esse último já possui experiência e investimentos nessa atividade, já que explora a mais tempo esse setor, o Espírito Santo é relativamente novo nessa atividade (ZANOTELLI et al., 2019).

O Espírito Santo atraiu migrantes do Rio de Janeiro (maior volume, 394 trabalhadores) Minas Gerais (212 trabalhadores) e a Bahia (142 trabalhadores) (ZANOTELLI et al., 2019). Destacando a Bahia que é o foco desse trabalho, pode-se notar que existem imigrantes com mão de obra qualificadas migrando para o Espírito Santo com objetivo de atuar em sua área profissional e não apenas como uma migração causada por algum fator de expulsão no seu local de origem, como a produção de cacau e eucalipto citados anteriormente.

No Mapa 9 é possível analisar o fluxo de imigrantes ocupados em 2010 no setor de petróleo da Bahia para o Espírito Santo, esses se deslocaram entre 2000 e 2010. Nota-se que a RMGV é o principal local de destino desse movimento, também é registrado um fluxo para o município fronteiriço entre os dois estados.

Mapa 9- Região de origem dos indivíduos ocupados em 2010 no setor do petróleo que migraram entre 2000 e 2010 para o Espírito Santo.



Fonte: Zanotelli, 2019.

Pode-se perceber que a migração baiana para o Espírito Santo acontece por pessoas que buscam uma solução para um problema. Sabe-se que não é apenas isso, mas a cultura de cacau e eucalipto contribuíram para essa movimentação, pois essas atividades modificaram o uso dos solos, fazendo com que o trabalhador rural e os donos de terras ficassem sem postos de trabalho, sendo expulsos do campo, a proximidade com o Espírito Santo contribuiu com a migração, tanto para a zona rural quanto para zona urbana.

Outra forma de caracterizar a migração baiana está na busca por oportunidades que emergem no Espírito Santo, como também em outros estados. Logo conclui-se que existem migrantes baianos que vieram para o Espírito Santo

para trabalhar nas atividades petrolíferas, ou seja, escolheram realizar a emigração da Bahia em busca de oportunidades profissionais especializadas. É importante considerar que não afirma-se aqui que seu local de origem passa ou não passa por modificações que retirassem as oportunidades de trabalho.

Por outro lado, Dadalto e Rodrigues (2015) retratam os imigrantes baianos como pessoas com grandes potenciais para se tornarem trabalhadores informais a partir do momento que não encontrarem postos de trabalhos nas cidades da RMGV. Os imigrantes podem estar buscando uma oportunidade de trabalho, mas sem a garantia de conseguir.

Diante dessa situação pode-se inferir que os imigrantes baianos no Espírito Santo podem migrar por diferentes motivos, não cabe enquadrar apenas em uma resposta, já que encontraremos pessoas que perderam seus postos de trabalho no campo e buscam emprego nas cidades capixabas, podendo ou não desenvolver atividades informais, mostrando que se movimentam sem a garantia de um emprego, apenas tentam. Por outro lado nota-se migrantes com mão de obra qualificada que vem com emprego garantido, optando por migrar, sem ser forçado por um fator local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fluxos migratórios se desenvolveram na história e continuam se desenvolvendo nos tempos atuais. Percebe-se também que os fatores de atração e expulsão podem exercer influências de formas divergentes em diferentes períodos e em diferentes populações. Sendo importante destacar que a Bahia historicamente perde população enquanto o Espírito Santo ganha população, podendo entender como uma característica do relacionamento entre esses dois estados.

Historicamente falando, pode-se notar que a Bahia figura com o Nordeste, região onde está inserida, como área fornecedora de população para outros estados, não só o Espírito Santo. A dificuldade em manter a população no território baiano está relacionado as dificuldades econômicas, falta de postos de trabalhos e a baixa dinâmica rural e urbana, já que as duas áreas perdem pessoas, gerando a migração intraestadual (muito forte) e a interestadual.

Destaca-se que a produção de eucalipto modificou o uso dos solos e impediu a produção agrícola tradicional, até os tempos atuais, mas gerou empregos nas indústrias produtoras de celulose e nas indústrias produtoras de papel, mesmo que não tenha absorvido efetivamente a mão de obra perdida com a prática da eucalipicultura. A própria área urbana tinha dificuldades em absorver grandes levas de trabalhadores rurais e até mesmo os trabalhadores urbanos que tinham ligações e/ou dependências das atividades rurais.

As crises econômicas estão marcadas na história da produção de cacau, mas a vassoura-de-bruxa foi a pior crise na região Sul baiano. Conclui-se que essa região, referência nacional, registrou a retomada da produção, mas ainda de forma lenta. Pode-se inferir que os agricultores dessa região ainda lutam para combater o esse fungo, isso atrapalha o desenvolvimento. É importante destacar que a produção nas sombras da Mata Atlântica é um fator excepcional para a preservação ambiental dessa área.

Ao final do trabalho, foi analisado a distribuição dos imigrantes baianos nos municípios do Espírito Santo, sendo constatada a migração por áreas limítrofes, permanecendo entre os censos de 2000 e 2010. Foi possível

concluir que o fluxo migratório baiano continua crescente no Espírito Santo, com acréscimo de 24,5% no último Censo. A RMGV continua sendo o local com concentração de imigrantes baianos, mas começaram a ganhar destaque os municípios de Aracruz, Linhares, São Mateus e Sooretama por conseguirem aumentar consideravelmente seu volume de imigrantes baianos, figurando como os maiores municípios capixabas receptores de baianos, junto com alguns municípios da RMGV. Vale ressaltar que existem municípios sem registros de baianos e tendem a continuar assim, pois não registraram baianos em nenhum dos dois Censos.

Com base no que foi exposto, independente dos níveis, pode-se afirmar que o fluxo imigratório da Bahia para o Espírito Santo ainda continua e se comprehende como suficiente para justificar os esforços desse trabalho em compreender sua dinâmica migratória, isto é, a continuidade dos fluxos leva acreditar que é um sinal nas relações de expulsão e atração ainda presente entre esses dois estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, T. M. D., Moreau, A. M. S. D. S., Moreau, M. S., Pires, M. D. M., Fontes, E. D. O., & Góes, L. M. **Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto.** *Sociedade & Natureza*, p. 5-18, 2008.
- ANDRADE, M.L. OLIVEIRA, G.G. **A MONOCULTURA DO EUCALIPTO NA BAHIA: UM RETRATO DA APROPRIAÇÃO PRIVADA DA NATUREZA.** Cadernos do CEAS, Salvador, n. 237, p. 294-326, 2016.
- BARCELLOS, T. M. **MIGRAÇÕES INTERNAS: OS CONCEITOS BÁSICOS FRENTE A REALIDADE DA ÚLTIMA DÉCADA.** Ensaios FEE, Porto Alegre, 1995.
- BAENINGER, R. “**Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais**”. In: CUNHA, J. M. P. da (org.) *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.
- BAENINGER, R. **Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil.** REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 20, n. 39, p. 77-100, 2012.
- BECKER, O.M. S. **Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos.** In: CASTRO, I. E. de C; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs) *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.
- BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In.: Anais..., 12, Caxambu, 2000.
- CARDOSO, Grazielle, S. S. **Análise de viabilidade econômica dos principais modais de produção de cacau no Sul da Bahia: Cabruca e SAF Cacau-Seringueira.** Campinas, SP. 2019.
- CASTIGLIONI A. H. **Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX.** Geografares, n.7, p.93-109, 2009.
- CASTIGLIONI, A. H. **TRANSIÇÃO MIGRATÓRIA E URBANA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-1950 a 2010.** Caminhos de Geografia, V. 20, nº.72, p. 33-53, 2019.
- CERQUEIRA, Cézar Augusto; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. **Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira.** Livros, p. 13-44, 2015.

CERQUEIRA NETO, Sebastião PG. **Um recorte geográfico sobre as contradições do desenvolvimento do extremo sul da Bahia.** IPEA. Anais do I circuito de debates acadêmicos. 2011.

CUNHA, J.M.P.; BAENINGER, R. **Cenários da migração no Brasil nos 90.** Caderno CRH, Salvador, v.18, n.43, 2005.

DADALTO, M. C. RODRIGUES, M. B. F. **Migração e violência: O ‘baiano’ na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol. 7, no 1, JAN/FEV/MAR , pp. 143-166.

DADALTO, M. C. RODRIGUES, M. B. F. **Migração e Desenvolvimento: Segregação e violência criminalizada.** Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 7, no.2, maio-agosto, 2015, p. 261-276.

DALAPICOLA, Tiago. **A MIGRAÇÃO DE CAPIXABAS PARA RONDÔNIA.** UFES, 2008.

DALAPICOLA, Tiago. **MIGRAÇÃO DE CAPIXABAS A AMAZÔNIA: NUMEROSIDADE E SUB-REPRESENTAÇÃO.** Sociedade e Território - Nata. Vol. 30, N.2, p. 58-79. 2018.

DIAS, P. C. ARAUJO, M. M. S. **BREVES COMENTÁRIOS SOBRE OS SALDOS MIGRATÓRIOS DAS REGIÕES ECONÔMICAS DA BAHIA.** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Panorama da migração dos municípios baianos em 1995- 2000. SEI, Salvador, 2007.

DOTA, E. M. **A migração no Espírito Santo no período 1991-2010: novidades e continuidades.** 2016.

DOTA, E. M. **Oportunidades de trabalho e a migração rural-urbana no Espírito Santo.** Revista Rural & Urbano. Recife. v. 04, n. 01, p.37-56, 2019.

DOTA, Ednelson Mariano. COELHO, André Luiz Nascente. CAMARGO, Danilo Mangaba. **Atlas da migração no Espírito Santo.** 1. ed. Vitória: UFES, Proex, 2017.

GOLGHER, André Braz et al. **Fundamentos da migração.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

HEIDEMANN. Dieter. **Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária resistência e emancipação.** In Migrações: discriminações e alternativas. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004. [Consult. 05 fev. 2021]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6oPLnXRkMRkNzJ2Rko3YVFSOGVPbDBnZIdQWERidw/view>>

ISJN. **Movimentos migratórios no Espírito Santo: 1986-1991.** Vitória: ISJN, 2003.

MARANDOLA JR, E. DAL GALLO, P. M. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração.** Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

NETO, C.P. **Estudo migratório e teoria econômica neoclássica: equívocos e acertos de classificação.** Terra Livre. São Paulo. Ano 34, Vol.1, n 52 p. 474-496, 2019.

NETO, S. P. G. C. **Três décadas de eucalipto no extremo sul da Bahia.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº31, pp. 55 - 68, 2012.

NEVES, Karina Fernanda Travagim Viturino. **Formação territorial do sul da Bahia e produção não-convencional do cacau.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempo e espaços.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

PINHO, S. A. **PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DA MIGRAÇÃO BAIANA (1995-2000): ORIGEM E DESTINO DOS MIGRANTES DOS MUNICÍPIOS.** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Panorama da migração dos municípios baianos em 1995- 2000. P. 19-63. SEI, Salvador, 2007.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. CRUZ, Deivison Souza. **Políticas públicas e gestão urbana: o caso da região metropolitana da Grande Vitória no estado do Espírito Santo.** Dimensões, UFES, vol. 27, 2011, p. 23-39.

SALIM, Celso Amorim. **Migração: o fato e a controvérsia teórica.** Anais, p. 119-144, 2016.

SANTOS, C. R. **PERFIS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS MIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRA-ESTADUAIS DA BAHIA (1995-2000).** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Panorama da migração dos municípios baianos em 1995- 2000. P. 65-103. SEI, Salvador, 2007.

SANTOS, Maria Luiza Silva. **Fluxos Contemporâneos: Capital Humano e Acadêmico-Cultural Reconfigurando a Região do Cacau.** Ilhéus: EDITUS, 2014.

SILVA, C. M. **O FLUXO MIGRATÓRIO BAIANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.** Simpósio cidades médias e pequenas da Bahia – ISSN. 2012

SILVA, D. B. **UM ESTUDO DE CASO DA MIGRAÇÃO BAIANA NA RMGV - O FLUXO MIGRATÓRIO ENTRE O DISTRITO DE PIMENTA (MASCOTE-BA) E O BAIRRO JESUS DE NAZARETH (VITÓRIA-ES) A PARTIR DA DÉCADA DE 1980.** Vitória, UFES, 2016.

SILVA, G. S. SANTOS, A. S. VIANA, E. M. **Entre “partir” e “ficar”: A migração além do processo de deslocamento físico.** Anais, p. 396-453, 2016.

SINGER, P. **ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO.** Brasiliense, 10^a edição, USP-FAU, 1985.

SORRE, Maximilien, (1995), **Les migrations des peuples. Essai sur la mobilité géographique, Flammarion, Paris;** em especial e reproduzido em português: Migrações e mobilidade do ecumeno, in Max. Sorre, Geografia, São Paulo, Ática, 1984 p. 124-139. [Consult. 05 fev. 2021]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6oPLnXRkMRkOGU3ZDA1NTAtMzhhYy00ZTM4LWJiZTAtY2VkZGNjNWMzMTZk/view>>

SIQUEIRA, M da P. S. **A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990.** Revista de História e estudos culturais, v. 6, n.4, 2009.

SOUZA, Sírius Oliveira; MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Tópicos sobre a ocupação litorânea brasileira: O caso do Extremo sul baiano.** Seminários Espaços Costeiros, v. 2, 2013.

STRAPOLAS, P. A. SPINELLI, V. S. **Cacau Amado.** UFSC. 2018.

ZANOTELLI, C. L., DOTA, E. M., FERREIRA, F. C., & RODRIGUES, R. M. **Bacia urbano-regional do petróleo: a zona costeira do Espírito Santo associada ao estado do Rio de Janeiro.** *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 41, 2019.

Embrapa. Seis maiores estados produtores dos cafés do Brasil atingiram 98% do volume da safra de 2017. Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31081641/seis-maiores-estados-produtores-dos-cafes-do-brasil-atingiram-98-do-volume-da-safra-de-2017>> Acesso em 01de jun. 2019.